

Debate Sindical

INTERNACIONAL

A fusão Ciosl-CMT
e os dilemas do
sindicalismo mundial

ECONOMIA

A estagnação
do emprego na
indústria de veículos

CONJUNTURA

A luta por um Brasil
soberano, justo
e democrático



**Os trabalhadores
diante da sucessão
presidencial**



OLINDA ESTÁ DIFERENTE.

**OLINDA, AGORA, É COMO
O BRASIL. É DA GENTE.**

Dessa gente misturada que a gente vê pelas calçadas. Dessa gente criativa que reinventa a vida e a própria sobrevivência. E que, agora, reinventa o Brasil. Dessa gente que anda nas ruas atrás dos sonhos, sorrindo pra esperança. Essa gente desses Brasis. Essa gente dessa Olinda.

OLINDA
Patrimônio da Humanidade



**PREFEITURA
POPULAR**

Debate Sindical é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES).

Sede:

Av. Brigadeiro Luís Antônio,
nº 933, conj. 209, Bela Vista,
São Paulo, SP, CEP 01317-001,
fone/fax: (11) 3106-0700
Correio eletrônico: c.e.s.@uol.com.br

Editor:

Altamiro Borges

Conselho de Redação:

Augusto Buonicore
Augusto Petta
Cláudio Gonzalez
João Batista Lemos
José Carlos Ruy
Oswaldo Bertolino
Umberto Martins

Conselho Editorial:

Armando Boito
César Benjamin
Décio Saes
Emir Sader
Francisco Teixeira
João Pedro Stedile
Luís Fernandes
Luís Paulino
Lucília Machado
Marcos Gomes
Nilton Vasconcelos
Paulo Schilling
Ricardo Antunes
Abigail Pereira
Álvaro Gomes
Augusto Petta
Edson Pimenta
Gilda Almeida
Gilson Reis
Gregório Poço
José Carlos Schulte
Luís Gavazza
Mônica Custódio
Nivaldo Santana
Raquel Guisoni
Sérgio Barroso
Vianeí Martins
Wagner Gomes

Capa:

Foto de Valter Campanato/ABr

Revisão:

Josenildo Marques

Editoração eletrônica:

Sandra Luiz Alves

Impressão e acabamento:

Editora Parma Ltda

- 4 Os desafios do sindicalismo na atual conjuntura**
ALTAMIRO BORGES
- 7 Encontro da CSC destaca combate ao neoliberalismo**
OSVALDO BERTOLINO
- 11 Os avanços do Fórum Social Brasileiro**
ANDRÉ CINTRA
- 14 As novidades do emprego formal no país**
COLUNA: MARCIO POCHMANN
- 15 A luta por um Brasil soberano, justo e democrático**
JUAREZ GUIMARÃES
- 20 Por um novo perfil da Previdência Social**
INÁCIO ARRUDA
- 22 A estagnação do emprego nas montadoras**
NILTON VASCONCELOS
- 24 A concepção classista das campanhas salariais**
AUGUSTO PETTA
- 26 As razões da derrota da reforma sindical**
COLUNA: ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ
- 27 Os perigos da fusão Ciosl-CMT**
JOÃO BATISTA LEMOS E ALTAMIRO BORGES
- 32 A política externa de Bush na América Latina**
LUIS FERNANDO AYERBE
- 35 O sindicalismo italiano perante o reformismo neoliberal**
MARIA TERESA PIGNONI
- 38 A sutileza de Lula na condução do governo**
COLUNA: JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO
- 39 Uma polêmica sobre o futuro da CUT**
ANDRÉIA GALVÃO
- 42 Dez anos do livro "Adeus ao trabalho?"**
GIOVANNI ALVES
- 45 De que adoecem os que vivem do trabalho?**
COLUNA: HERVAL PINA RIBEIRO
- 46 A indenização por dano moral coletivo**
MARIA CECILIA MONTEIRO LEMOS
- 49 Dicas de filmes e de páginas da internet**
MÔNICA SIMIONI/CLÁUDIO GONZALEZ
- 50 Unir os movimentos sociais e avançar nas mudanças**
OPINIÃO: GUSTAVO PETTA

Os três

Se ficar preso à ação imediata, que reforça os limites do economicismo e corporativismo, o sindicalismo não superará a sua crise que já dura mais de uma década

ALTAMIRO BORGES

O sindicalismo brasileiro está diante de gigantescos desafios. Se ficar apenas correndo atrás dos prejuízos, sem uma visão mais estratégica, ele corre o sério risco de definhir, agravando sua crise de legitimidade e representatividade que já dura mais de uma década e que se expressa na baixa capacidade de mobilização dos trabalhadores e de intervenção política na sociedade. Não há receitas nem modelos de como enfrentar as atuais dificuldades, que hoje afetam o conjunto do sindicalismo mundial. Mas uma coisa parece certa: se ficar preso à ação imediata, que reforça seus limites endógenos do economicismo e corporativismo, ele não superará sua crise estrutural. Diante deste cenário, três desafios se destacam na atualidade:

INTERVENÇÃO POLÍTICA

O sindicalismo não é uma ilha.



Valter Campanato/ABr

desafios do sindicalismo

Ele reflete e interfere nos rumos políticos do país. Ele sente diretamente os efeitos da evolução da conjuntura. Durante a ditadura militar, por exemplo, ele foi violentamente castrado — nos nove meses que se seguiram ao golpe de 64 mais de 430 sindicatos tiveram suas diretorias cassadas. Já nos anos 80, ele viveu uma fase de ouro. O Brasil se tornou o recordista mundial em greves, houve um intenso processo de renovação e reciclagem das diretorias sindicais, foram retomadas as articulações intersindicais e o funcionalismo público despertou para a organização sindical. Esse ascenso contribuiu decisivamente na luta pelo fim do regime militar e nas conquistas da “Constituição Cidadã” em 1988.

Na década de 90, porém, o neoliberalismo se implantou no país com a sua tríade perversa: desestatização, desnacionalização e desproteção. O sindicalismo comeu o pão que o diabo amassou! Da fase de ouro, ele ingressou no período das vacas magras. O triste reinado de FHC teve início com o Exército ocupando as refinarias para reprimir a greve dos petroleiros e prosseguiu com o desmonte do trabalho sem qualquer negociação com os sindicatos. Esse projeto autoritário e excludente, entretanto, foi rechaçado na histórica vitória de um ex-grevista e líder sindical nas eleições de 2002. Com Lula no governo, a relação com o sindicalismo voltou a ser de diálogo e não houve mais qualquer ação de criminalização das lutas sociais.

Essa breve história serve para confirmar que o sindicalismo não pode se omitir nos embates políticos. Sua força deriva da situação política, do quadro de correlação de força na sociedade. Qualquer visão apolítica, de neutralidade, representa um crime para o seu futuro. Nesse sentido, ele não pode se abster do debate já em curso sobre a sucessão presidencial. Apesar das frustrações que o governo Lula pode ter gerado numa parcela dos trabalhadores, a pergunta que deve ser feita é qual o resultado eleitoral que mais interessa para o avanço das suas lutas e conquistas. A eleição de outubro tende a ser polarizada, sem a possibilidade real de uma ultrapassagem à esquerda do atual governo. O risco maior é o da revanche da direita neoliberal!

Sem abdicar da sua autonomia, o sindicalismo deve encarar a batalha sucessória como prioridade máxima

O candidato do bloco liberal-conservador, Geraldo Alckmin, é um inimigo declarado dos trabalhadores — os servidores estaduais conhecem bem seu estilo fascistoide. Sem abdicar da sua autonomia, o movimento sindical deve encarar a batalha sucessória como prioridade máxima para o seu processo de acumulação de

forças. Um retrocesso nas eleições de outubro teria forte impacto na discussão sobre a reforma sindical e trabalhista, na luta pela transição do neoliberalismo para um projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho e para o próprio avanço das esquerdas na América Latina. Sem cair numa postura de passividade acrítica, o sindicalismo deve evitar cair no extremo oposto do voluntarismo esquerdista. A pregação do voto nulo ou num candidato para marcar posição cobraria um alto preço no futuro imediato!

REPENSAR A ATUAÇÃO

Ao mesmo tempo em que intervêm na luta política em curso, agindo com sabedoria tática, o sindicalismo também precisa repensar sua atuação numa perspectiva mais estratégica. A avalanche neoliberal dos anos 90 acuou os trabalhadores e jogou os sindicatos na defensiva. A crise atual não decorre apenas de fatores subjetivos, da chamada traição das direções, como afirmam alguns setores idealistas. Se fosse tão simples assim, os que se autoproclamam de revolucionários não teriam tantas dificuldades para mobilizar as suas bases e para evitar distorções na ação sindical. A crise estrutural do capitalismo, que tem no desemprego a sua maior expressão, o amargo remédio neoliberal imposto pelo capital e o processo de reestruturação produtiva nas empresas afetaram a materialidade e a subjetividade de classe dos trabalhadores.

Mas estas causas objetivas da crise sindical não rebaixam a

importância dos fatores subjetivos. No quadro de defensiva dos anos 90 foi possível assistir a criação de uma central sob inspiração do neoliberalismo, a Força Sindical, e também o processo de adaptação da CUT à visão do sindicalismo propositivo e cidadão, de feição socialdemocrata. Já as entidades de base, pressionadas pelas demandas do imediato, reforçaram sua prática corporativista e economicista. Para piorar, num cenário de cobertor curto, surgiram fenômenos preocupantes de burocratização e institucionalização. Muitas diretorias hoje perdem mais tempo e energia discutindo quem será liberado ou ficará com o celular e o carro do que organizando as lutas da classe. Os sindicatos se afastaram da base, deixaram de investir na formação e na mobilização de massas.

Um desafio urgente é o de repensar toda a prática sindical, o de revolucionarizar sua concepção e métodos de ação. Hoje é preciso refletir com maturidade, sem maniqueísmos, sobre o que está sendo feito, de fato e não na

É preciso balançar a roseira para superar o espírito rotineiro e as práticas burocráticas no movimento sindical

retórica, para organizar os trabalhadores nos locais de trabalho, no coração da exploração; o que está sendo feito para intensificar a mobilização da base e articulá-la com os outros movimentos sociais; o que está sendo investido para formar novas lideranças e reciclar as antigas. Sem organização, mobilização e formação o sindicalismo não conseguirá superar a atual crise. É preciso balançar a roseira para superar o espírito rotineiro e as práticas burocráticas. Do contrário, o sindicalismo permanecerá na UTI!

EVITAR A FRAGMENTAÇÃO

Num quadro que ainda é de

defensiva da luta dos trabalhadores e no qual campeia muita confusão teórica no meio sindical — por exemplo, na sua relação com um governo nascido das suas lutas —, o pior que pode ocorrer é a fragmentação das organizações da classe. Nesse sentido, a recente fundação da Conlutas é um grave erro! A partir da leitura voluntarista sobre a atual correlação de forças e da postura principista sobre a natureza do governo Lula, ela joga na divisão dos trabalhadores e na fragilização de seus organismos de frente única. Além disso, essa iniciativa artificial do PSTU presta um inestimável serviço aos que desejam domesticar as lutas sindicais e ainda contribui para o seu próprio auto-exílio. A saída da CUT foi festejada pelos setores mais burocratizados da central e causou graves fraturas nos promotores desta divisão!

A atual conjuntura, prenhe de possibilidades e também de graves riscos, exige fortalecer a CUT como um instrumento de unidade dos trabalhadores na luta por novos rumos no país. Não se muda de central como se troca de camisa. Não dá para dispensar um patrimônio construído na luta contra a ditadura e a ofensiva neoliberal e que representa o que há de mais representativo e combativo no sindicalismo. É preciso, isto sim, garantir que a central preserve sua autonomia e atue com sabedoria política — evitando a passividade e as armadilhas dos inimigos de classe. O próximo congresso da CUT pode cumprir relevante papel no sentido de pressionar o governo Lula no rumo das mudanças e de evitar a revanche da direita neoliberal.



Mareldo Casol JethBr

Altamiro Borges é editor da revista Debate Sindical



Arquivo CSC

Encontro da CSC destaca combate ao neoliberalismo

OSVALDO BERTOLINO

Reunidos entre os dias 17 a 19 de abril na cidade de Aracaju (SE), durante o 6º Encontro Nacional da Corrente Sindical Classista (CSC), cerca de 600 lideranças, representando mais de 500 sindicatos de todo o Brasil, decidiram aprovar por unanimidade, depois de um intenso debate, as propostas de filiação da CSC à Federação

O 6º Encontro da Corrente Sindical Classista municiou a militância para os debates do 6º Congresso Nacional da CUT, que ocorrerá em junho

Sindical Mundial (FSM) e a criação de um Fórum Sindical das Américas. Além deste importante debate, o evento também discutiu o quadro político brasileiro e os desafios do sindicalismo.

Segundo a resolução política do encontro, a batalha contra a ofensiva mundial do imperialismo assume formas mais radicais no Oriente Médio, com destaque para o Iraque, mas também pode ser notada na Europa. Na América

"Os trabalhadores em todo o mundo têm desafios semelhantes e a entrada na

Latina, diz o documento, é sensível o avanço eleitoral dos partidos de esquerda e das forças progressistas. A revolução bolivariana, liderada pelo governo do presidente Hugo Chávez, é indicada como "a experiência mais avançada no sentido de apontar uma alternativa concreta ao neoliberalismo". E cita como exemplos as derrotas dos Estados Unidos em suas investidas para impor a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e a força da idéia de integração latino-americana.

O documento aponta ainda a ascensão da China à condição de potência econômica, em contraste com o declínio da liderança econômica dos Estados Unidos, como outro acontecimento positivo na conjuntura internacional. "Declarando-se socialista, a China emerge como uma potência de novo tipo, solidária com Cuba, com a Venezuela bolivariana e com as nações mais pobres", afirma a resolução, que aponta o país asiático como um contraponto ao "unilateralismo estadunidense". Esse aspecto, diz o documento da CSC, vai se configurando também um fator de ajuda à luta dos povos contra o neoliberalismo.

PLATAFORMA CLASSISTA

No âmbito nacional, a resolução ressalta que a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 2002 refletiu a onda mudancista em curso na América Latina. "Apesar das limitações objetivas e subjetivas do atual governo, que poderia ter avançado bem mais se não ficasse preso a uma política econômica subserviente aos interesses do capital financeiro, cabe ressaltar

**A CSC não vai
enveredar por um
governismo acrítico
e nem por uma
oposição sectária
e esquerdista**

aspectos positivos como a interrupção do processo de privatizações, o reforço de empresas estatais como a Petrobrás (que alcançou recentemente a auto-suficiência em petróleo), a relação democrática com os movimentos sociais, o congelamento do 'reforma trabalhista', o crescimento do emprego formal, o reforço do Mercosul e a defesa da unidade política e econômica da América latina", afirma a resolução.

Outro ponto importante é o que aborda a atuação do movimento sindical nesse cenário. "É tarefa do movimento sindical situar-se com clareza frente à batalha eleitoral que sobressai no calendário político de 2006", afirma o documento. Segundo a CSC, as eleições deste ano tendem a ser polarizadas entre as forças de centro-esquerda, que constituem a base do governo Lula, e a direita neoliberal, capitaneada pela dupla PSDB/PFL. "Nossa luta deve ser orientada no sentido de evitar a possibilidade de retrocesso neoliberal, que ressuscitaria a moribunda Alca e daria fôlego à agenda imperialista de privatizações, enfraquecimento do Mercosul, flexibilização e supressão de direitos sociais, repressão dos movimentos sociais", recomenda o documento, que termina com uma "Plataforma Classista" de nove

pontos alinhados com a argumentação do texto.

A resolução sobre questão de gênero baseia-se na idéia de que uma sociedade socialista deve ser o norte para a solução de todo tipo de discriminação. O documento da CSC ressalta que, apesar dos avanços obtidos, é preciso ir além. "Defensora da construção de uma sociedade socialista, a CSC também luta pela emancipação das mulheres", diz o texto. "As mulheres brasileiras vão construindo a história na luta cotidiana, junto com os homens, rompendo as cadeias de dominação e enfrentando o peso secular da exploração social, política, econômica, cultural e familiar", afirma a resolução.

Sobre etnia, a resolução destaca o racismo no mercado de trabalho. "Em momentos de crise econômica, surge o racismo como instrumento de competição e exclusão, ou seja, na ocupação dos postos de trabalho o critério 'boa aparência', apesar de subliminar, entra em voga", diz a resolução. Com base em números do PNAD/IBGE, o documento afirma que em 2001 os negros participavam do mercado de trabalho com uma qualidade, quantidade e salário "nitidamente inferiores aos brancos".

A resolução sobre a questão da juventude diz que o projeto neoliberal fez valer seus efeitos principalmente entre os jovens. O documento cita uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo que aponta uma forte predileção da juventude pelo individualismo. "O conceito de juventude é uma construção sociocultural que não pode se restringir a uma mera delimitação de política para a

FSM permite que a unidade sirva como elemento de ação"

juventude", afirma o texto. "Esta deve servir apenas como um dos parâmetros balizadores para a definição de políticas para a juventude", diz o documento.

Sobre a formação, a resolução destaca a fundação do Centro de Estudos Sindicais (CES) como uma iniciativa de importância singular. "Este grupo (que fundou o CES) entendia a importância da formação política e sindical e, portanto, da luta ideológica no enfrentamento às idéias das classes dominantes", afirma o texto. A resolução ressalta que nem as "enormes dificuldades financeiras" foram obstáculos para o CES cumprir o papel "que lhe cabe". Houve ainda uma intervenção especial de David Wylkerson, secretário-geral da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag), sobre a atuação sindical no campo.

CSC OCUPA ESPAÇOS

Segundo João Batista Lemos, coordenador nacional da CSC, o

encontro ocorreu num momento crucial para o país, quando os debates sobre a sucessão presidencial vão ganhando as ruas. "Nossa militância sai daqui armada para enfrentar os desafios, que são imensos", disse ele. Outra característica importante, ressaltou Batista, é o balizamento que o encontro dá para o congresso nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que ocorrerá no mês de junho próximo.

Para o coordenador da CSC, o mais importante é a constatação de que a CSC ganha espaço no movimento sindical brasileiro e inicia uma nova trajetória agora também como parte orgânica da Federação Sindical Mundial (FSM). "Os trabalhadores em todo o mundo têm desafios muito semelhantes e a nossa entrada na FSM permite que a troca de experiência e a unidade sirvam de fato como elemento de ação em nossa luta", destaca Batista. Para ele, o movimento sindical precisa adotar uma posição independente

em relação ao governo e ao mesmo tempo não engrossar as fileiras das forças conservadoras.

O encontro também fez um balanço dos dezoito anos de existência da Corrente. "Nossa CSC é a continuidade contemporânea das tradições e da luta de uma corrente de opinião classista e socialista, que fincou raízes profundas no movimento sindical brasileiro", afirma o texto. O documento diz ainda que politicamente a CSC conseguiu responder a todas questões centrais da conjuntura associadas ao movimento sindical. Foram homenageados, como fundadores da CSC, Pedro Pozenato, Nivaldo Santana e Sérgio Barroso. Durante as homenagens, Wagner Gomes, vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e dirigente nacional da CSC, mostrou um documento que atesta o nascimento da Corrente no dia 9 de abril de 1988.

Nivaldo Santana destacou o grande crescimento da influência da CSC no movimento sindical e Sérgio Barroso fez um histórico das políticas que nortearam a Corrente em sua já longa trajetória. "Por que o êxito?", indagou. "Além de outras coisas porque tivemos clareza política de, ao sair da velha CGT, não cairmos nos braços da CUT", afirmou. Barroso explicou que essa decisão de atuar sempre buscando a mais ampla unidade do movimento sindical é que deu à CSC orientação e rumo políticos.

A quantidade de delegados bem acima das expectativas, explicou Batista, se deve a essa correta posição política da CSC. "Há um entusiasmo no meio sindical com as propostas da CSC de nem



Arquivo CSC

A vitória da legalização das centrais sindicais

Na véspera do 1º de Maio, o governo Lula anunciou o envio ao Legislativo de um projeto de legalização das centrais sindicais e de criação do Conselho Nacional de Relações do Trabalho (CNRT), um órgão tripartite que será responsável pela “democratização das relações do trabalho”. A medida foi saudada pela maior parte do sindicalismo, obtendo o consenso favorável de todas as centrais. Abaixo, publicamos a resolução da Corrente Sindical Classista (CSC), que ajuda a entender o teor deste projeto:

Em reunião realizada em 27 de abril, em São Paulo, a Coordenação Executiva da Corrente Sindical Classista (CSC) decidiu apoiar as propostas de reconhecimento das centrais sindicais como órgãos de representação dos trabalhadores e a criação do Conselho Nacional de Relações do Trabalho (CNRT), que devem ser encaminhadas ao Congresso Nacional nos próximos dias pelo governo Lula na forma de projetos de Lei. As duas propostas já contam com o apoio das principais centrais sindicais brasileiras.

Na opinião dos dirigentes classistas, as medidas representam um avanço no sentido de uma maior democratização do movimento sindical e contemplam importantes demandas da classe trabalhadora em relação à organização sindical. A legalização das centrais vem sendo cobrada há anos pelo movimento sindical. Já a instituição do CNRT, como órgão tripartite (composto por representantes dos trabalhadores, do governo e do patronato), pode contribuir para uma maior democratização das decisões

relativas às relações trabalhistas.

Entre as finalidades do novo conselho, de acordo com a proposta do governo, destaca-se a promoção da “democratização das relações de trabalho”, além de estimular a negociação coletiva. Prevê-se também a constituição de duas câmaras bipartites (uma dos empregados e outra dos empregadores, ambas com a participação de membros do governo), com a atribuição de “mediar e conciliar conflitos de representação sindical a pedido comum das partes interessadas”, além de “recomendar às entidades sindicais, quando da elaboração de seus estatutos, a observância de critérios democráticos”. A ideia de que o CNRT devia também contribuir para elaboração de uma proposta de reforma trabalhista foi excluída da proposta governamental a pedido dos sindicalistas.

O apoio da CSC não significa concordância integral com as propostas governamentais. Os classistas consideram, por exemplo, que será preciso ampliar (de cinco para sete) o número de representantes dos trabalhadores no CNRT, de forma a incluir pelo menos um dirigente indicado pelas confederações. Também propõem transferir algumas atribuições do Conselho às câmaras bipartites. Por tudo isto, a CSC deve atuar no sentido de viabilizar emendas parlamentares à medida que os projetos forem encaminhados à apreciação do Congresso Nacional.

enveredar por um governo acrítico e nem por uma oposição esquerdista e sectária”, destacou o coordenador da CSC. “Soubemos ocupar esse espaço e por isso a Corrente cresce em todo o Brasil”, afirmou.

Prestigiaram o evento o vice-presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Ubiraci Dantas de Oliveira (Bira); o secretário sindical nacional do PSB, Joilson Antonio Cardoso do Nascimento; Raquel Guisoni, representando a União Brasileira de Mulheres (UBM); Marcelo Brito (Gavião), da direção nacional da União da Juventude Socialista (UJS) e representante da Coordenação dos Movimentos

Sociais (CMS); o prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira; a deputada estadual Tânia Soares (PCdoB-SE); Ramon Cardona, secretário para a América Latina

“A nossa luta deve ser orientada para evitar o retrocesso neoliberal, que daria novo fôlego à agenda imperialista”

da FSM; Carmen Godínez, do Departamento de Relações Internacionais da Central dos Trabalhadores de Cuba (CTC); Angel Crespo Sánchez, secretário-geral da CCOO (Comissão Obreira Nacional da Catalunha); Jean-Pierre Page, vice-presidente do L’observation de la Mondialisation International Consultant); e Koutras Theodoros, membro da Secretaria Executiva do PAME (Frente Militante de Todos os Trabalhos da Grécia). Os delegados classistas também assistiram a um painel sobre a economia brasileira, apresentado pelo jornalista Umberto Martins e pelo economista Flávio Tonelli.

Oswaldo Bertolino é jornalista e membro do Conselho de Redação da revista Debate Sindical



Válter Campanini/ABR

Os movimentos sociais na esteira da política

ANDRÉ CINTRA

A polarização política se acentuou no Brasil durante o último mês de abril. As elites, desesperadas com o aleijamento da candidatura presidencial de Geraldo Alckmin, partiram para mais uma cartada golpista — a tentativa de derrubar Lula e seu governo popular via impeachment. O jogo é tão sujo e constrangedor que nenhum partido teve coragem

Para “evitar o retrocesso e avançar nas mudanças”, 2º Fórum Social Brasileiro rearticula os movimentos populares, lança uma agenda comum de lutas e flagra o isolamento das ONGs

de assumi-lo diante da sociedade. Pode caber à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) o papel de testa-de-ferro da direita — em contrariedade às posições progressistas que a entidade tomou ao longo de sua história.

Não se sabe até onde vai a radicalização, mas entidades ligadas à CMS (Coordenação de Movimentos Sociais) já deixaram claro que irão às ruas para defender o governo Lula e apoiar sua reelei-

Plenária unitária dos movimentos sociais defende um projeto por desenvolvimento nacional,

ção. Ciente dessa reação, Roberto Busato, presidente da OAB, partiu para a demagogia. “A Ordem continua do mesmo lado em relação à sociedade brasileira”, declarou ele em recente entrevista. A afirmação não se sustenta sob aspecto algum, a começar pela popularidade de Lula, líder absoluto em todas as pesquisas de intenções de voto. Em contrapartida à guerra anti-Lula, o Brasil também vive a rearticulação de movimentos sociais, entidades e partidos de esquerda. Tais setores, de feição progressista, vão formando uma ampla coalizão de forças, sob o lema “barrar o retrocesso e avançar nas mudanças”.

Semente e fruto desse cenário, o 2º Fórum Social Brasileiro (FSB) ocorreu de 20 a 23 de abril, no Recife (PE). Errou quem esperava ver um encontro festivo e alienante — um “Woodstock político” ou a “Disneylândia da esquerda”, como chegaram a dizer dois textos ridículos publicados na grande imprensa. Em suas mais de 360 atividades, o 2º FSB revelou que, onde houve abertura e diálogo — onde houve disposição para construir uma plataforma comum de lutas —, os movimentos progrediram. Vejam-se a Marcha de Abertura, a conferência “Por uma Nova Vitória das Forças Progressivas no Brasil” e a Plenária dos Movimentos Sociais. Vitoriosas e amplas, todas essas atividades foram promovidas em conjunto por diversas entidades. A partir disso, atraíram mais público e tiveram ressonância, estendendo sua mensagem para além do encontro no Recife.

A trajetória do 2º FSB se deflagrou com a Marcha de Abertura, na tarde do dia 20 de

abril. Devido aos numerosos problemas vividos na fase de preparação, o Comitê Organizador temia que ela fracassasse, sinalizando maus rumos para o encontro. A própria concentração para a passeata, na Praça do Derby, demorou a encher. Mas assim que lideranças e ativistas iniciaram a caminhada, da avenida Conde da Boa Vista até a Praça do Carmo, milhares de pessoas chegaram de todos os cantos e se enfileiraram. Na realidade, muitos dos representantes de organizações não-governamentais (ONGs), partidos políticos e, em especial, movimentos populares estavam dispersos nos arredores da Praça do Derby. Somaram-se apenas na hora da marcha, que superou as expectativas — teve quase 20 mil participantes em passeata.

A maioria das 550 entidades presentes no FSB explicitaram o desejo de reforçar sua intervenção na política nacional

MÉRITOS DO ENCONTRO

O sucesso do 2º Fórum Social Brasileiro se deveu, sobretudo, a três fatores: 1) a unidade política das entidades, neste momento histórico de encruzilhada e polarização, às vésperas das eleições de 2006; 2) o caráter pluralista e democrático do FSB; e 3) a autodeterminação dos movimentos, que se anteciparam ao Comitê Organizador e puseram o encontro na lista de suas

prioridades. Conam, Unegro e certas tendências do movimento estudantil, por exemplo, aproveitaram a passagem por Pernambuco para, aí mesmo, programar atividades próprias e anteriores ao Fórum.

A maioria das 550 entidades participantes do encontro estava sintonizada na preocupação de intervir com contundência nas lutas contemporâneas, de modo a se irmanar a Lula contra a escalada da direita. Não que os movimentos sociais estejam à mercê do governo. O apoio à reeleição é propositivo e autônomo, sem adesismo. As entidades pressionarão o presidente, num segundo mandato, para conquistar medidas sociais mais efetivas, de largo alcance e longo prazo. Os movimentos se dispõem, mais do que nos anos anteriores, a intervirem na política.

Esse posicionamento ficou claro na parceria entre o Instituto Maurício Grabois e a Fundação Perseu Abramo, que promoveram a conferência “Por uma Nova Vitória das Forças Progressivas no Brasil: Fator Decisivo para o Desenvolvimento Nacional e a Integração da América Latina”. Reunindo 1.200 pessoas, que lotaram o Teatro do Parque, na Boa Vista, o evento contou com a participação de autoridades como os presidentes do PCdoB, Renato Rabelo; do PSB, Eduardo Campos; da UNE, Gustavo Petta; e da CUT, João Felício.

O tom da conferência foi de consenso: o país precisa de uma nova Carta aos Brasileiros, notadamente pautada pelos movimentos sociais — e não pelo mercado. Há de ser um caminho que leve o Brasil ao progresso e proporcione a integração da

popular e democrático no país

América Latina, na dura disputa contra o imperialismo de Bush. A reeleição de Lula, em outubro, pode se dar sob os mesmos princípios de um governo popular — uma imensa coalizão de forças sociais, em que pesem e se reflitam variadas aspirações do povo.

PARTIDOS EM AÇÃO

Se as entidades sindicais e as associações sobressaíram na Marcha de Abertura, a conferência foi espaço para uma bela participação da militância partidária. Aos poucos, filiados e simpatizantes do PT voltam à arena política, à praça pública, mais confiantes, em meio ao revigoramento da candidatura de Lula. Com os escândalos de corrupção envolvendo membros do governo e do próprio partido, os petistas atravessaram a pior crise de sua história. Agora, dão sinais de que podem jogar peso nas eleições-2006, sem cair no pragmatismo. O PCdoB — cuja credibilidade saiu incólume dessa crise — se mostra mais presente no movimento sindical e na cena política. Seus quadros vêm atuando com consistência no dia-a-dia, ganham mais respeito e dão conta das novas responsabilidades.

A grande conferência no Teatro do Parque serviu de aparato teórico e mobilizador para a Plenária dos Movimentos Sociais, que fechou o Fórum de Abril. A plenária deliberou uma carta de princípios e uma agenda de lutas. Elaborado pela Coordenação de Movimentos Sociais, o “Projeto Brasil” — ou “Projeto de Desenvolvimento Nacional, Popular e Democrático” — baseia-se na “intervenção unitária e na intensa mobilização dos movimentos sociais”. João



Socorro Gomes e Francois Hourtart durante tribunal dos povos, em Recife

Batista Lemos, coordenador nacional da Corrente Sindical Classista, sintetizou a lógica do documento em quatro palavras: “Mais Estado, menos mercado”.

O projeto diz: “Defendemos mudanças na política econômica, com redução dos juros e do elevado superávit primário, que drenam preciosos e crescentes recursos das áreas sociais para o parasitismo da especulação financeira. Estancar esta sangria é fundamental para o fortalecimento e para ampliação dos programas sociais, investindo pesado na melhoria da saúde e da educação públicas e de qualidade, na infra-estrutura, na geração de emprego e renda”. Eis a essência do Fórum.

A defesa da política externa independente e multilateral, com destaque para a integração solidária da América Latina, é o ponto central na luta contra a Alca (Área de Livre Comércio das Américas). No âmbito da disputa eleitoral e política, o “Projeto Brasil” repudiou a cláusula de barreira e pregou a liberdade política para os movimentos sociais. Também propôs reformas estruturais de cunho democrático (urbana, sindical, agrária).

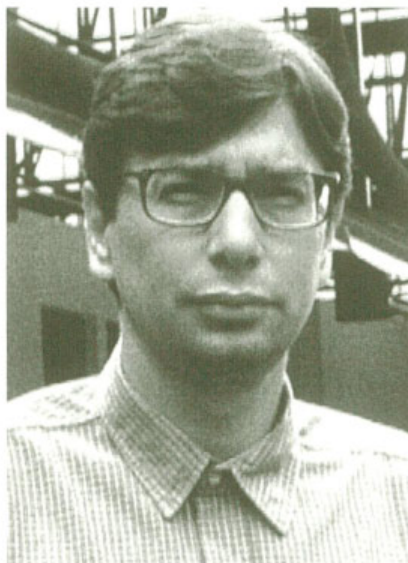
Foi esse princípio de democracia que norteou o Fórum de Abril. Mais do que expor seus

pontos de vista, as entidades que foram ao Recife puderam trocar experiências, entrar em contato com grupos e pessoas afins, buscar uma estratégia eficiente de luta. As parcerias e as atividades co-organizadas estreitaram laços entre os movimentos. Nesse ponto, porém, cabe registrar o relativo isolamento das organizações não-governamentais. Talvez por ter baixa capacidade de mobilização e uma pauta de reivindicações mais restrita, as ONGs parecem entrar num gueto. Elas apresentam dificuldades e uma certa resistência à articulação, indo na contramão dos movimentos sociais.

De todo modo, o Fórum de Abril acertou ao estender o diálogo e a articulação, no sentido de reconstruir o governo Lula, avançando nas mudanças e rompendo com a política econômica atrasada. O “Projeto Brasil” e sua agenda de lutas são marcos na história dos movimentos sociais. Para a direita enraivecida, não haveria nada melhor do que encarar as entidades da sociedade civil divididas e fraturadas. O rearranjo inteligente dos movimentos ajuda a desafinar a festa das elites.

André Cintra é jornalista, escritor e editor de movimentos sociais do portal Vermelho

MARCIO POCHMANN



Regressão liberal da década de 90 pode estar com seus dias contados

com carteira assinada. Também se observava que a cada duas pessoas que ingressavam no mercado de trabalho, apenas um conseguia algum tipo de ocupação ao longo dos anos 90.

Em função disso, a ideologia neoliberal terminou se fortalecendo a tal ponto de impor uma inédita derrota aos sindicatos e aos defensores da regulação pública do trabalho no país. Em nome da morte do emprego formal, sacramentou-se a maior investida — desde 1930 — contra os direitos sociais e trabalhistas.

INSUCESSO DA FLEXIBILIZAÇÃO

Mas com a reforma trabalhista feita pelo mercado e aprovada pelo poder público, não houve — como já se previa — redução da precarização (informalidade e desemprego) no Brasil. Muito pelo contrário.

Frente aos insucessos das medidas flexibilizadoras, ganhou importância o comportamento geral da economia e sua determinação sobre o nível e a qualidade do emprego nacional. Assim, a dinâmica da produção e da renda voltou gradualmente a ser vista como estratégica para o melhor funcionamento do mercado de trabalho.

PRIMAVERA SINDICAL

O aumento do salário mínimo e a transferência de renda para os pobres e desempregados deixaram de ser tratados como bicho-papão. O país está longe ainda de impor uma derrota definitiva ao neoliberalismo, na mesma medida em que precisa definir um novo projeto nacional de desenvolvimento.

De toda a forma, o emprego formal voltou a crescer e, mesmo que seja de baixa remuneração, resulta de um contexto muito diferente do verificado nos anos 90. Isso não deve ser entendido, em nenhum momento, como a oportunidade para baixar a guarda.

Diferente do que se pode imaginar, o país precisa mudar. Somente com a luta social e política daqueles que acreditam no Brasil torna-se possível sustentar a inversão tão necessária das prioridades. Que a volta do emprego formal possa se traduzir, no ano de 2006, na primavera sindical. As conquistas sociais e trabalhistas asfixiadas pelo neoliberalismo podem sim estar com os dias contados. O tempo, contudo, dirá.

Marcio Pochmann é professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp/SP

Novidades do emprego formal no Brasil

Com a mudança no regime cambial que tornou mais atrativo o crescimento da produção para o mercado interno e externo, o emprego formal voltou a crescer significativamente. Entre 2000/2004, por exemplo, quase duas a cada três novas ocupações abertas no país foram de assalariados com carteira assinada, ao mesmo tempo em que 95% das pessoas que ingressaram no trabalho encontraram algum tipo de ocupação.

Inegavelmente, o melhor desempenho da economia nacional, acompanhado das ações de fiscalização da legislação social e trabalhista por parte do Ministério Público, da Justiça do Trabalho, dos sindicatos e dos ministérios da Previdência Social e do Trabalho e Emprego, tornou possível o retorno do emprego formal que anteriormente era definido como em extinção.

DESASTRE NEOLIBERAL

De fato, na década de 1990, quando o que mais crescia no país era o desemprego e as vagas extremamente precárias, o discurso e a prática liberal conservadora decretaram que, sem a desregulamentação do mercado de trabalho, o emprego formal viraria peça de museu.

Naqueles tempos, a cada quatro novas ocupações abertas no país, somente uma era de assalariado

Um Brasil soberano, justo e democrático

Vitória em 2006 pode abrir ciclo histórico de mudanças que supere integralmente o paradigma neoliberal e inicie uma grande revolução democrática no país

JUAREZ GUIMARÃES

Um contraste entre as agendas, ações e dinâmicas criadas pelo governo Lula em seis áreas estruturantes da ação do Estado brasileiro mostra que, de conjunto, ele já deixou para trás um paradigma tipicamente e coerentemente neoliberal de Estado. Mostra, ao mesmo tempo, que a transição de um paradigma neoliberal se deu de modo diferenciado, desigual e parcial nessas áreas. Em particular, a permanência de padrões típicos do período neoliberal na gestão da moeda, do câmbio e da dívida pública exerceu forte contenção dos avanços possíveis nas outras áreas.

É certamente nas relações do Estado brasileiro com o sistema internacional que o governo Lula mais atuou em contraste com o paradigma neoliberal e, nitidamente, mais avanços conquistou. Os governos neoliberais de FHC apostaram em uma agenda comum com as lideranças dos governantes de então dos EUA e da Inglaterra, Clinton e Blair, cedendo fortemente no

campo da soberania nacional. Por largo tempo, praticaram a paridade do real com o dólar e flertaram com a dolarização, expondo o Brasil às dinâmicas da agenda da Alca no continente e tornando o país vulnerável a sucessivas crises cambiais. Os quatro anos do segundo mandato de FHC foram geridos sob o manto dos acordos com o FMI.

O conjunto da agenda, das ações e das dinâmicas imprimidas pelo governo Lula demonstrou inequivocamente uma ruptura com esse padrão. A saída do acordo com o FMI, a reconstituição das reservas nacionais (que passaram de US\$ 15 bilhões para US\$ 60 bilhões), a acumulação de fortes superávits comerciais e da balança de pagamentos significaram uma importante recuperação da soberania econômica. O congelamento da agenda da Alca e a retomada de uma dinâmica da integração da América Latina, para além dos marcos econômicos e de parceiros iniciais do Mercosul, ajudaram a impulsionar uma nova conjuntura latino-americana, na qual o isolamento de Cuba foi



www.brasil.indymedia.org

inclusive bastante relativizado. A constituição do G-20, o lançamento com forte audiência de uma campanha mundial contra a fome e, agora, a realização da primeira Conferência da FAO sobre reforma agrária após décadas são momentos expressivos da ação mundial do governo Lula.

ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

No campo das políticas sociais,

Congelamento da agenda da Alca e retomada de uma dinâmica da integração

o padrão dos governos neoliberais de FHC (com exceção para o Ministério da Saúde em aspectos importantes) optou pelo paradigma neoliberal dos programas focalizados de assistência social, pela ênfase no ensino fundamental em contraponto ao sistema universitário público, pelo dualismo da medicina privada para os ricos e básica para os pobres, paralisando e invertendo uma lógica de progressiva universalização da construção do Estado do bem-estar social indicada na Constituição de 1988.

Já é possível avaliar que o governo Lula, mesmo com os limites orçamentários dados e por suas opções, vem retomando uma lógica de construção do Estado do bem-estar social no Brasil. A universalização do Fome Zero, assentado prioritariamente no programa Bolsa-Família, representa de fato a cobertura crescente de dezenas de milhões de brasileiros abaixo da linha de pobreza e ao desabrigo de políticas públicas permanentes. A cobrança de condicionalidades na área da educação e da saúde por parte da família dos beneficiados e a integração com um conjunto de políticas de inclusão social antes inexistentes ou inoperantes (Luz para Todos, microcrédito e bancarização, entre outras) superam a dimensão meramente assistencialista.

A criação do Fundeb, ampliando o investimento federal em educação em termos de volume e cobertura, agora do ensino médio, a retomada da reforma universitária e a criação de inúmeras universidades públicas acopladas a estratégias de desenvolvimento regional, o

Taxa média mensal de criação de empregos com carteira assinada no governo Lula é dez vezes superior a dos anos FHC

Prouni, restituem valores básicos da escola pública e da democratização do acesso ao ensino. Na saúde, o aumento muito expressivo da cobertura do programa Médico de Família, a integração dos programas de saúde bucal, o investimento federal na emergência com o programa SAMU alentam o repertório e a capilaridade do Sistema Único de Saúde (SUS), que já oferece o maior sistema público de transplantes do mundo. A defesa de cotas para o ensino público e raciais para o acesso à universidade constitui uma inovação histórica nas políticas públicas brasileiras, que não pode ser desprezada. Trata-se certamente de um processo inicial, contido por restrições orçamentárias, mas já capaz de criar novas agendas e dinâmicas a serem consolidadas e, principalmente, expandidas.

VALORIZAÇÃO DO TRABALHO

Essa hipótese de retomada de construção do Estado do bem-estar social, em contraponto ao focalismo das políticas sociais dos governos neoliberais, fica reforçada quando se examinam as novas relações do Estado brasileiro com o mundo do trabalho. O governo FHC inaugurou-se com forte contenção ao movimento sindical, com tanques reprimindo a greve dos petroleiros, sinalizando uma

era de cassação de direitos da classe trabalhadora. Essa cassação de direitos tornou-se estrutural com o intenso avanço do desemprego e da informalização do mercado de trabalho. A década de 90 inverteu pela primeira vez a curva histórica de formalização do mercado de trabalho no Brasil, iniciada nos anos 40.

A taxa média mensal de criação de empregos com carteira de trabalho durante o governo Lula é cerca de dez vezes superior a dos anos FHC. Iniciou-se a reversão da curva de informalização do mercado de trabalho, com a criação líquida até agora de cerca de 4 milhões de empregos formais. Em quatro anos, a política de valorização do salário mínimo foi já maior que nos oito anos de governo FHC. Esse processo de diminuição do desemprego, de formalização do mercado de trabalho, de elevação do salário mínimo é insuficiente para repor os danos superpostos do período do regime militar e dos anos neoliberais e aquém do que seria possível fossem outras as opções na gestão macroeconômica. Mas aponta certamente outra possibilidade histórica para as classes trabalhadoras brasileiras.

No que diz respeito ao mundo agrário, a prioridade e o eixo de continuidade das políticas públicas do Estado brasileiro foram basicamente o estímulo ao grande agrobusiness. Os anos 90 ainda registraram forte êxodo rural e de desestruturação da agricultura familiar. A agenda do governo Lula significou certamente a maior ruptura na história do país com políticas agrárias unilateralmente voltadas para o grande agrobusiness. O financiamento da

da América Latina ajudaram a impulsionar uma nova conjuntura na região

agricultura familiar cresceu de R\$ 2,3 bilhões no biênio 2002-2003 para cerca de R\$ 9 bilhões no biênio 2005-2006. A meta de assentar 400 mil famílias de sem-terra em quatro anos parece viável: em três anos, em uma dinâmica de aceleração, já foram assentadas 245 mil famílias, contra 540 mil em 32 anos da história do Incra. A área destinada à reforma agrária em três anos do governo Lula, 22,5 milhões de hectares, já é superior à dos oito anos dos governos FHC.

As famílias beneficiadas com assistência técnica chegaram a 450 mil em 2005, contra apenas 56 mil no último ano do governo FHC. Esses números, que colocam o governo Lula muito à frente de qualquer outro governo no que diz respeito à reforma agrária, são, no entanto, basicamente insuficientes para alterar de modo significativo o padrão da concentração fundiária no Brasil, em particular nos estados do Sudeste e do Sul.

ENTRAVES NA ECONOMIA

Em relação à questão central da democracia e das funções do Estado brasileiro, o paradigma neoliberal dos governos FHC optou pela lógica do Estado mínimo, privatizando estatais e terceirizando funções, criando modelos de regulação fraca do mercado.

O governo Lula basicamente não privatizou estatais nem terceirizou funções do Estado. Ao contrário, retomou uma dinâmica vigorosa de contratação em áreas fundamentais do governo federal, por meio de concurso público, e conseguiu imprimir forte capitalização e dinamismo a entes estatais poderosos, como BNDES, Caixa Econômica e Petrobrás. Por meio de grandes conferências nacionais setoriais e de fóruns de interlocução — saúde, campo, trabalho, mulheres, ecologia, negros, assistência —, o governo federal abriu-se a uma dinâmica de absorção de agendas e interação com os movimentos sociais. O investimento em pessoal e equipamento da Polícia Federal permitiu uma ação historicamente sem precedentes, no Brasil, de combate ao crime organizado. Medidas de transparência e de auditoria inéditas foram

organizadas pela Corregedoria Geral da União. Mas o governo Lula não conseguiu criar nem mesmo um processo inicial de discussão pública do orçamento federal, e as medidas de democratização da gestão pública e de combate à corrupção sistêmica ficaram, em geral, muito aquém do possível e necessário.

No campo da relação do Estado com a economia foi onde se aplicou com mais força o paradigma neoliberal. Em primeiro lugar, a onda de privatizações das estatais, que significou a maior transferência de patrimônio público para mãos privadas na história brasileira. Em segundo lugar, construíram-se as condições institucionais para que os interesses do capital financeiro e especulativo passassem a exercer amplo domínio na dinâmica da economia brasileira. Se no primeiro mandato de FHC tal política tinha como

www.mds.gov.br

O financiamento da agricultura familiar cresceu de R\$ 2,3 bi para cerca de R\$ 9 bilhões no biênio 2005/2006



Foi na relação do Estado com a economia que o governo Lula certamente

chefe uma linha de dolarização (com a paridade do real com o dólar), no segundo, após a crise cambial de 1998, o caminho da financeirização estruturou-se por meio do tripé metas de inflação-câmbio flutuante-altos superávits primários. Em geral, ao mesmo tempo em que se flexibilizaram as condições de regulação do capital, criaram-se fortes contratos de garantia de alta lucratividade para as empresas de áreas recém-privatizadas.

Foi na relação do Estado com a economia brasileira que o governo Lula certamente encontrou maiores dificuldades para transitar para outro paradigma. Nela se concentraram as pressões advindas do setor que mais magnificou seu poder nos anos neoliberais, o financeiro. A “autonomia operacional” concedida pelo governo Lula aos gestores do Banco Central foi, na prática, maior que nos anos FHC, que por duas vezes destituiu seu presidente. A taxa de juros básica da economia, apesar de menor do que a média dos anos FHC, permaneceu bastante elevada, com forte impacto no aumento da dívida pública e na dinâmica da economia. O BC manteve-se trabalhando restritamente com metas de inflação, sem sequer incorporar a combinação do combate à inflação com o objetivo primordial do crescimento econômico, como faz, por exemplo, o Banco Central norte-americano. As metas de inflação continuaram a ser fixadas sem participação dos agentes econômicos centrais, empresários do setor produtivo e trabalhadores.

As taxas de juros privadas, escandalosas de qualquer ponto de

vista, prosseguiram sem nenhum controle ou regulação do Banco Central. Assim, se a inflação foi estritamente controlada, se a relação dívida pública-PIB conheceu uma redução na margem, se o crédito consignado permitiu acesso ao crédito com taxas bem diferenciadas, é verdade que a taxa de crescimento da economia brasileira ficou aquém da média da economia mundial e muito aquém das taxas de uma série de países emergentes. As restrições ao crescimento, ao orçamento público e à oferta de crédito para investimento e consumo a taxas compatíveis com o resto do mundo continuaram a limitar fortemente o impacto positivo de todas as políticas de emprego e renda e sociais do governo Lula, ao mesmo tempo em que garantiam taxas recordes de lucratividade para o setor financeiro.

**Ao contrário de FHC,
o governo Lula
basicamente não
privatizou estatais
nem terceirizou
as funções do Estado**

OUTRO BRASIL AGORA É POSSÍVEL

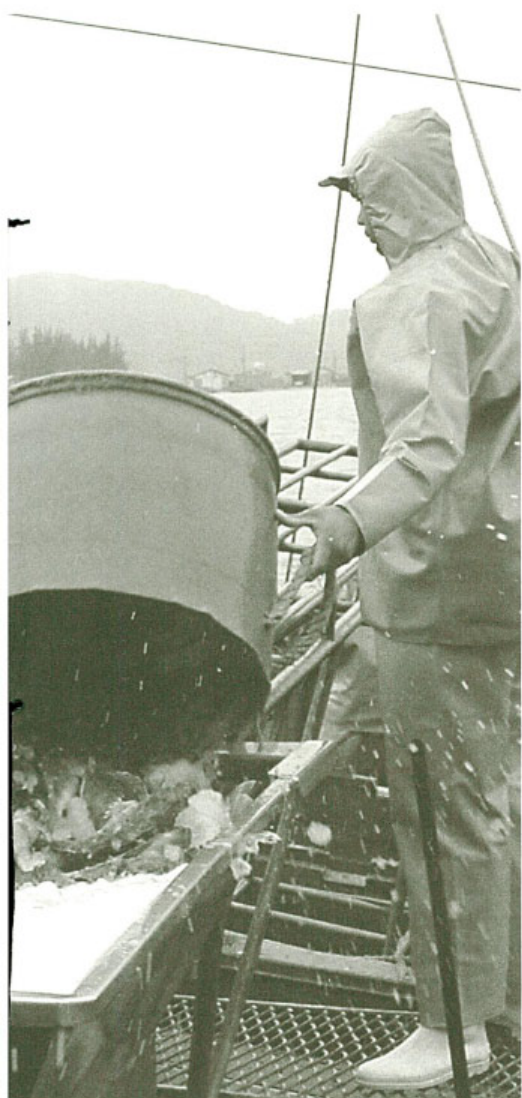
Uma nova vitória contra as forças neoliberais em 2006 pode abrir um ciclo histórico de mudanças que superem integralmente o paradigma neoliberal do Estado brasileiro e inicie uma grande revolução democrática no país. Mas para isso



será preciso ultrapassar os fatores estruturais que mais condicionaram e limitaram a ação criadora do governo Lula.

Em primeiro lugar, o Brasil deve avançar no caminho da afirmação da sua soberania construindo um poderoso sistema público de financiamento de longo prazo, criando um sistema nacional de inovação que alimente e amplie a produtividade de sua economia e sua capacidade exportadora, alargando e democratizando a base

encontrou maiores dificuldades para transitar para outro paradigma



Divulgação DNIT

e a potência de seu mercado interno, enfim, consolidando uma nova espacialidade continental e internacional para o desenvolvimento.

A superação dos preconceitos historicamente enraizados que garantem privilégios de classe ou status, de raça e de sexo, exige que se invista em uma revolução cultural dos valores que organizam a sociabilidade dos brasileiros. O racismo, as dimensões simbólicas do apartheid social, o machismo

devem ser enfrentados, em tom alto e pedagógico, em grandes campanhas públicas que mobilizem a sociedade e a cultura brasileiras.

Para superar o modelo econômico neoliberal será fundamental democratizar e tornar republicanas as gestões do Banco Central e do orçamento público da União. Mina a democracia, em nome da complexidade e do caráter técnico, que, no fundo, mal escondem interesses de grandes rentistas, retirar do debate democrático responsável e claramente institucionalizado decisões tão fundamentais que definem a vida dos brasileiros.

Não há como construir novos padrões de governabilidade sem tornar central em nossa plataforma e nosso discurso a defesa da reforma política eleitoral. É ela que permitirá ir desmontando os nós da influência do poder econômico nas eleições, do fisiologismo e da alimentação da corrupção sistêmica no Estado brasileiro.

DIMENSÕES FUNDANTES

O trabalho de superação desses obstáculos históricos permitirá elevar, de forma realista, o programa de metas do governo Lula. Assim, como se fez marcante na história brasileira, esse programa de metas deve ter um centro unificador e cinco dimensões fundantes.

O centro só pode ser o aprofundamento da democracia do país, o avanço da democracia participativa e do controle social do Estado. Assim como a meta-símbolo do primeiro governo foi o Brasil para todos e o Brasil sem fome, a meta agora deveria ser a construção integral da dignidade do cidadão brasileiro.

As cinco metas poderiam ser:

- 1- A afirmação de um novo modelo econômico capaz de ser ecologicamente sustentado e distribuir renda para crescer a taxas nunca inferiores a 5% ao ano;
- 2- A retomada da construção plena de um Estado do bem-estar universalista que acolha as metas do pleno emprego, do direito das mulheres e da ação afirmativa dos direitos dos negros;
- 3- A reforma no sistema agrário, capaz de criar uma expansão inédita da agricultura familiar e alternativa, com base na cooperação e na democratização da terra e do crédito;
- 4- A afirmação da cidadania cultural dos brasileiros, por meio da democratização da educação, da comunicação e da expansão da sua identidade cultural plural;
- 5- A construção da comunidade política do continente latino-americano, a partir de valores de liberdade, justiça social e pluralismo cultural.

Construir esse programa de transformações não pode ser apenas tarefa do PT. É uma construção social, pública e democrática, que reclama a participação de todos os setores sociais que resistiram e souberam vencer o neoliberalismo. O povo brasileiro não quer de novo provar diariamente a sopa rala e amarga do neoliberalismo. Aspira de novo se alimentar do pão cotidiano da esperança em um Brasil justo, novo e fraterno. É essa esperança que pode, enfim, começar a se tornar realidade com a vitória das forças populares e democráticas em outubro de 2006.

* Juarez Guimarães é cientista político, professor na Universidade Federal de Minas Gerais e editor do boletim eletrônico da Fundação Perseu Abramo (Periscópio)

Previdência: um novo perfil

INÁCIO ARRUDA

Mediante o projeto de lei 6366, que regulamenta e promove a inclusão previdenciária dos trabalhadores do mercado informal (inclusive donas de casa, estagiários e empregados domésticos), gerando incentivos para o pagamento em dia das contribuições previdenciárias pelas empresas, os comunistas mostram sua efetiva posição em defesa do mundo do trabalho. Criado pela PEC Paralela (EC-47), o sistema de inclusão previdenciária se remete a duas categorias de trabalhadores: os de baixa renda e sem renda própria, que se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico em sua residência.

De acordo com a PNAD/2003, entre os trabalhadores ocupados com renda de um salário mínimo há 17,5 milhões sem cobertura previdenciária (75% dessa faixa de renda). Para o IBGE, existem 10,9 milhões de trabalhadores por conta própria e microempresários somente na economia informal urbana, com rendimento médio de R\$ 753, dos quais um terço trabalha no âmbito de sua própria residência. A imensa maioria desses trabalhadores da economia informal não pode contribuir com a alíquota de 20%.

O projeto do PCdoB que regulamenta esse sistema beneficia aproximadamente três milhões de trabalhadores que, nas cidades, não

Com o objetivo de contribuir para a atualização do perfil da previdência social, projeto busca a inclusão dos trabalhadores do setor informal, de baixa renda e das donas de casa

contam com carteira assinada e se enquadram na faixa de baixa renda — que, de acordo com o IBGE, auferem rendimentos inferiores a R\$ 350,00 na economia informal. Somente a filiação dessa reduzida parcela de trabalhadores resultará em receitas anuais de R\$ 630 milhões. A esse valor soma-se o conjunto de contribuições resultantes da filiação dos trabalhadores sem renda própria que se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico.

O projeto beneficia, desse modo, trabalhadores que não podem arcar com a contribuição usual do autônomo. Cria a alíquota de 5% sobre o valor do salário mínimo (R\$ 17,50 a partir de abril) para o trabalhador de baixa renda e ainda reduz a alíquota dos autônomos,

substituindo a faixa única de 20% hoje existente. Os trabalhadores sem renda própria, ligados ao trabalho doméstico em sua residência, também pagarão alíquota de 5%.

INCENTIVO À FORMALIZAÇÃO

Nos termos da Constituição, esses segurados somente poderão ter acesso a benefícios equivalentes a um salário mínimo, mas terão, entretanto, menores carências. O projeto estabelece um tempo mínimo de dez anos, incluindo as contribuições já realizadas pelo segurado. Além disso, o projeto cria outras facilidades. Numa delas, o segurado poderá pagar as contribuições que faltam mediante um desconto no valor da aposentadoria. Esse procedimento





previdência somente nesses segmentos da economia. Considerando que 9,2 milhões desses trabalhadores estão ocupados na economia informal urbana e não seriam absorvidos por empresas não optantes pelo Simples, restariam seis milhões de trabalhadores ocupados somente nesses setores passíveis de registro nas empresas de maior vulto. Com referência na remuneração média paga pelas empresas (fora do Simples) em 2003, que foi de R\$ 954,00, cada posto de trabalho registrado resultará em R\$ 3,5 mil reais anuais em contribuições para a previdência (patronal fora do Simples e segurado, com a nova alíquota) e R\$ 360 em créditos tributários.

Se essa medida contribuir para a formalização de 2,2 milhões de trabalhadores, mesmo sem a geração de novos postos de trabalho, resultará numa arrecadação líquida de R\$ 7 bilhões, compensando com superioridade o benefício concedido.

Em suma, todas essas medidas visam ampliar o número de trabalhadores que hoje se encontram sem a cobertura da proteção previdenciária. Ao multiplicar o contingente de trabalhadores filiados e contribuintes para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social), o projeto demonstra que a expansão da cidadania é o melhor remédio para equacionar definitivamente o financiamento do sistema. Trata-se de uma ação no sentido de aproximar o nosso povo trabalhador do desenvolvimento e da distribuição de renda, preparando um novo patamar para as transformações sociais de fundo que o país requer.

busca viabilizar a inclusão desse segmento da sociedade.

O projeto também adota medidas para incluir um significativo número de trabalhadores por conta própria, inclusive com a redução da alíquota de contribuição. Ao invés da alíquota única de 20%, esses trabalhadores passam a contribuir em diversas faixas, de acordo com a sua remuneração. Para os trabalhadores de menor renda, a alíquota seria de 10%. Para os demais, varia entre 10% e 20%.

Para estimular e ampliar o vínculo às empresas desses trabalhadores informais — os quais estão em sua maioria no setor da construção civil e no comércio —, o projeto prevê um crédito tributário que poderá ser utilizado

no pagamento de outras contribuições sociais. Para acessar esse crédito, a empresa deve pagar em dia as suas contribuições previdenciárias pelo período de seis meses — sem nenhuma autuação por descumprimento de obrigações previdenciárias ou trabalhistas. Esse crédito equivale a R\$ 30,00 por trabalhador contratado e registrado junto à Previdência Social.

Esse benefício incentiva a regularização do vínculo de milhares de trabalhadores hoje empregados, mas sem carteira assinada, especialmente em segmentos como construção civil, indústrias, comércio e reparação. Os dados do IBGE/PNAD/2003 revelam 15,2 milhões de trabalhadores ocupados sem

Divulgação

* Inácio Arruda é deputado federal pelo Ceará e líder da bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados



Divulgação Ford/Bahia

A estagnação do emprego nas montadoras de veículos

NILTON VASCONCELOS

Na divulgação das estatísticas relativas à produção automotiva em 2005, a média destacou, sobretudo, o significativo recorde obtido com 2,44 milhões de unidades produzidas no ano — o que inclui os automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus. Este número supera em 10% a produção também recorde do ano anterior. São, indiscutivelmente, resultados expressivos e estão diretamente relacionados ao desempenho das exportações. Quando se faz uma comparação com os índices de dez anos atrás, temos uma dimensão

Apesar do recorde na produção, o nível de empregos no setor apresentou uma tendência à estagnação, o que evidencia o brutal aumento da produtividade

melhor do feito. Verifica-se que a produção de veículos em 2005 foi 50% superior àquela observada em 1995.

Aliás, o ano de 1995 é um marco na política pública para o setor automotivo no país. Em junho daquele ano, o governo Fernando Henrique Cardoso encerrou a experiência da Câmara Setorial Automotiva com a edição de uma série de medidas legais que estabeleceram o Regime Automotivo Brasileiro. Análises posteriores, inclusive do Tribunal de Contas da União, mostraram que a mudança introduzida beneficiou sobremaneira as montadoras em detrimento da indústria nacional de autopeças, deflagrando uma verdadeira corrida fiscal, com crescentes concessões por parte das três esferas de governo.

O crescimento da produção, no entanto, não ocorreu de forma linear, ao contrário, oscilou muito, tendo chegado a dois milhões de unidades em 1997, e caído para 1,3 milhão de veículos, em 1999, retomando uma curva ascendente a partir de 2002. Entretanto, um outro indicador menos divulgado, e que interessa aos trabalhadores em particular, apresentou um comportamento diferente ao longo da última década. Trata-se do desempenho do emprego nas montadoras que, nos últimos anos, apresenta tendência a relativa estagnação.

Quando o indicador é pessoal empregado, comparados os anos de 1995 e 2005, temos efetivamente uma redução de dez mil vagas, caindo de 104 mil para 94 mil, em 2005. Como se pode ver na tabela abaixo, prevaleceu nos últimos dez anos um quadro de estagnação da contratação, mantendo-se na faixa dos 85-90 mil contratos de trabalho nas montadoras. Assim, apesar de um crescimento de 6% do número de postos de trabalho nas montadoras em 2005, nos últimos onze anos detecta-se uma redução de 10% das vagas.

Uma análise mais extensa da

série histórica produzida pela Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores do Brasil) indica que o ano de 1980 marcou o recorde do emprego com 133 mil postos de trabalho nas montadoras, para um total de 1,165 milhão de veículos produzidos naquele mesmo ano. Assim, a relação veículos produzidos/empregados na montadora/ano, variou de 8,7 veículos por empregado em 1980, para aproximadamente 25,9 veículos por empregado em 2005. Há, portanto, um crescimento significativo da produtividade, considerando este indicador.

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

A esta redução do emprego ao longo do período e à relativa estagnação nos últimos anos, correspondeu um crescimento da subcontratação, da terceirização, do emprego por tempo parcial e de outras modalidades de precarização. Correspondeu, ainda, à utilização de métodos de gestão que privilegiam a redução de custos — inclusive a dos custos do trabalho —, e que modificaram a estrutura da produção automotiva, transferindo grandes parcelas da

montagem para empresas que integram outros níveis da cadeia produtiva.

Este último aspecto — a transferência de fases da produção para os fornecedores — poderia significar que o emprego também teria sido deslocado das montadoras para os fabricantes de autopeças, o que, entretanto, não ocorreu. Segundo dados do Sindipeças (Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores), que reúne as empresas produtoras de autopeças, o setor empregava em 1994 um total de 236,6 mil trabalhadores, tendo este número recuado para 187 mil em 2004, com estimativa para dezembro de 2005, de chegar a 197 mil empregados. Em síntese, verifica-se um comportamento semelhante àquele observado nas montadoras de veículos.

Outro dado relevante, e que torna estes indicadores relativos a emprego ainda mais expressivos nos centros tradicionais da produção automotiva no Brasil, é que mais de dez novas fábricas foram construídas no país. Entre estas estão grandes plantas industriais no Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais. Estima-se que apenas a Ford, em Camaçari (BA), empregue em torno de 4 mil trabalhadores, sem contar as demais empresas integrantes do condomínio industrial comandado pela empresa estadunidense. As novas unidades da General Motors, Renault, Peugeot e outras, também contribuíram para o surgimento de milhares de postos de trabalho novos. Portanto, os dados mostram que a redução do emprego foi ainda mais dramática nos centros produtores tradicionais de automóveis, como São Paulo.

* Nilton Vasconcelos é membro do conselho editorial do Debate Sindical, professor da Cefet/BA e doutor em administração pública

Tabela 1 - Produção e Emprego nas montadoras de autoveículos (1995-2005)

ANO	Emprego em autoveículos	Produção total	Relação autoveículos produzidos/empregados
1995	104.614	1.629.008	15,57
1996	101.857	1.804.328	17,71
1997	104.941	2.069.703	19,72
1998	83.049	1.586.291	19,1
1999	85.100	1.356.714	15,94
2000	89.134	1.691.240	18,97
2001	84.834	1.817.116	21,41
2002	81.737	1.791.530	21,92
2003	79.047	1.827.791	23,12
2004	88.697	2.210.741	24,92
2005	94.206*	2.447.636	25,98

Fonte: Anuários estatísticos e cartas da Anfavea. Elaboração própria.

* Empregados em dezembro de 2005.

A concepção classista



Lindomar Cruz/ABr

AUGUSTO PETTA

Nos anos 80, um dirigente sindical afirmava que a campanha salarial é comparável ao jogo de futebol: o time que apresenta jogadores mais habilidosos e competentes vence o jogo. O fundamental na campanha seria a capacidade dos líderes sindicais na negociação e que, quanto maior a desmobilização, melhor.

No início dos anos 90, participei de um encontro de intelectuais na Universidade de São Paulo e um deles disse que as leis trabalhistas deveriam acabar, ficando os direitos sujeitos à negociação. Argumentava que num

jogo de futebol no seu início o resultado é sempre de zero a zero. Assim seria uma campanha sem os “privilégios” da legislação. Sindicatos patronais e de trabalhadores estariam em igualdade de condições para negociar. A utilização da expressão “privilégios” referia-se a 13º, férias e outros direitos. Entre nós, sindicalistas presentes, comentou-se: “Faltou dizer que o campo estava situado na posição vertical, com os patrões jogando a bola de cima para baixo e os trabalhadores no sentido inverso”.

O primeiro exemplo refere-se ao “sindicalismo amarelo”, uma variação do tradeunionismo, concepção que fundamentava, na

As campanhas salariais constituem-se em momentos privilegiados para que as contradições entre capital e trabalho se expressem

sua origem, a atuação de sindicalistas que lutavam em sociedades secretas para enfrentar os burgueses. Após, com os pequenos ganhos recebidos, fruto do avanço capitalista em países economicamente desenvolvidos, passaram a defender a conciliação entre capital e trabalho, chegando a justificar a invasão do Vietnã pelas tropas dos EUA nos anos 60.

É esta mesma concepção que está na base do pensamento do intelectual citado. Mas com uma variante: nos anos 90, o neoliberalismo chega ao Brasil e o tradeunionismo adquire uma nova roupagem. Os tradeunionistas são obrigados, em função da queda da ditadura militar e da pressão das bases, a abrirem as entidades para a participação da categoria, com aumento do número de sindicalizados, assembleias e, até mesmo, greves. Continuam, porém, defendendo a conciliação entre capital e trabalho, o “sindicalismo de resultados”, a negociação em detrimento da mobilização e a flexibilização dos direitos.

das campanhas salariais

CONTRIBUIÇÕES DE MARX

José Comblin, em seu livro “O neoliberalismo: Ideologia dominante na virada do século”, afirma que “o programa neoliberal exige a redução ou supressão dos sindicatos e das organizações dos trabalhadores em geral. Pois estes querem influir nos preços e salários e perturbam o jogo espontâneo do mercado, do qual se supõe que nasce a justiça”.

Para Marx, os sindicatos de trabalhadores que não lutam pelos interesses econômicos, políticos e ideológicos de sua classe servem aos interesses da burguesia. Ele considera fundamental que os sindicatos lutem por melhores salários e condições de trabalho. No entanto, não se contenta com este objetivo. Na resolução da I Internacional, influenciada por Marx, afirma-se que: “Além dos seus fins primitivos, os sindicatos devem aprender desde já a atuar de maneira mais consciente, como eixos da organização da classe proletária, pelo interesse superior de sua emancipação total. Deverão apoiar todo movimento político ou social que se encaminhe diretamente a este fim”. Para Marx, os sindicatos são centros organizadores de luta, são escolas de socialismo.

As campanhas salariais constituem-se em momentos privilegiados para que as contradições entre capital e trabalho se expressem. Os patrões, que têm como força principal o capital, buscam aumentar os seus lucros, e os trabalhadores, que vendem sua força de trabalho e têm como instrumento principal a união, lutam para melhorar salários e condições de trabalho; trava-se aí

uma batalha. Assim, as entidades sindicais podem privilegiar a negociação em detrimento da mobilização, ou podem estimular o processo de mobilização que servirá de base para que a negociação seja bem sucedida e para que a categoria eleve o nível de consciência política.

Os sindicalistas classistas se enquadram na segunda hipótese. As campanhas salariais têm como objetivo atingir a conquista de melhores salários e condições de trabalho. Porém, o seu horizonte é mais amplo. Pretendem combater o capitalismo e sua forma atual, o neoliberalismo. Para isso, é necessário convencer os trabalhadores de que “é preciso vencer o capitalismo: este é o maior mal, o pecado acumulado, a raiz apodrecida, a árvore que produz todos esses frutos que conhecemos: pobreza, fome, miséria, morte”, como afirmou, em 1973, um documento da Igreja Católica, Regional Centro-Oeste do Brasil.

Para Marx, além dos seus fins primitivos, os sindicatos são centros organizadores do proletariado, são escolas de socialismo

O grande desafio, por um lado, é como mobilizar os trabalhadores durante as campanhas salariais nesta fase de desemprego e, por outro, como transmitir a eles esta necessidade de se articular a luta política, econômica e ideológica, envolvendo-os cada vez mais no

processo que visa transformar profundamente a sociedade em que vivemos. Pretendo apresentar algumas idéias, neste sentido, num próximo artigo.

BIBLIOGRAFIA

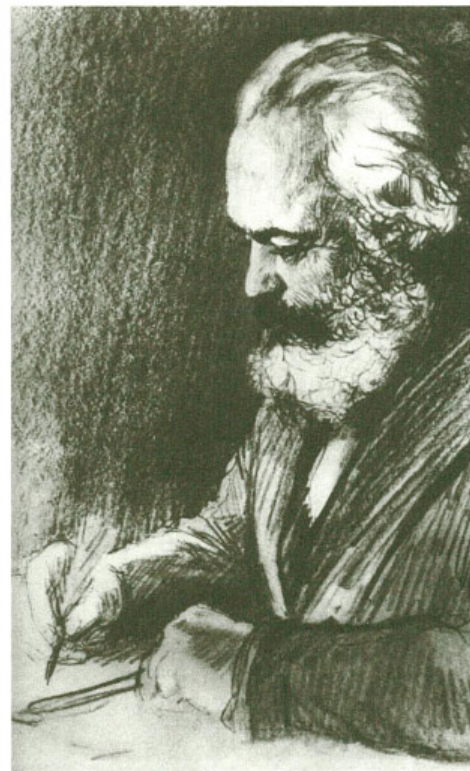
Altamiro Borges. “Concepções Sindicais”. (Texto dos cursos do CES).

José Comblin. “O neoliberalismo: Ideologia dominante na virada do século”. Editora Vozes, RJ, 2000.

Eric Hobsbawn. “Mundos do trabalho”. Editora Paz e Terra, SP, 2005.

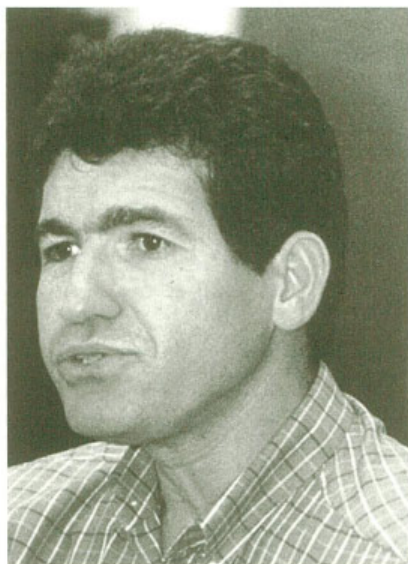
Vladimir Lênin. “Sobre os Sindicatos”. Editora Polis, SP, 1979.

Dimitri Losovsky. “Marx e os sindicatos”. Editora Anita Garibaldi, SP, 1989.



* Augusto Petta é coordenador de formação sindical do CES, diretor da Contee e do Sinpro-Campinas

ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ



A regulamentação do artigo 8º é a única que ainda tem chance de prosperar

qualquer tentativa do governo Lula de mudança na estrutura sindical.

REFORMA OU RUPTURA

O terceiro foi a ilusão de imaginar que poderia inverter a pirâmide sindical, que existe há sete décadas, sem maiores reações. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) não pretendia uma reforma, mas a ruptura, já que não tinha nenhuma regra de transição. Para o sistema confederativo, isto era inadmissível.

O quarto engano foi não ter negociado com as confederações de trabalhadores que, revoltadas com o modo como foram tratadas nesse processo, resolveram criar o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), uma instância alternativa de debate e formulação para mudanças na estrutura sindical.

O quinto foi o desprezo às articulações prévias no Congresso Nacional, a quem compete aprovar de modo conclusivo as Propostas de Emenda à Constituição. O descuido foi tal que até partidos da base do governo fecharam questão contra a reforma sindical.

ÚNICA CHANCE

A reação à iniciativa governamental, também pelas razões já expostas, foi ampla, envolvendo desde defensores do atual modelo, incluindo representações de categorias econômicas e profissionais, passando por dissidência entre os adeptos da reforma, até por resistência na base parlamentar do governo.

A crise política, que paralisou o processo decisório no Congresso Nacional, e os erros de concepção e de condução da reforma, evaram à derrota do governo na tentativa de alterar o artigo 8º da Constituição, que cuida da estrutura sindical.

O movimento em favor da regulamentação do atual modelo, em lugar da mudança constitucional, foi produto da ação do Fórum Sindical dos Trabalhadores, liderada pelas confederações. No atual cenário, a regulamentação do artigo 8º é a única proposta que tem chances, ainda que modestas, de prosperar neste ano.

Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)

As razões da derrota da reforma sindical

O governo do presidente Lula tinha tudo para aprovar a reforma da estrutura sindical em seu mandato, mas três motivos adiaram essa intenção: inabilidade política dos interlocutores do Ministério do Trabalho, a resistência de parcela expressiva do movimento sindical e a crise política.

A inabilidade dos interlocutores do Ministério do Trabalho se expressou em cinco episódios: a) na composição do Fórum Nacional do Trabalho (FNT); b) na edição das portarias 160 e 180; c) na tentativa de implosão do modelo que está em vigor há 70 anos; d) na exclusão do sistema confederativo do debate; e) e na ausência de articulação política no Congresso Nacional.

ERRO DE CONCEPÇÃO

O primeiro erro foi de concepção, quando o governo optou pela participação apenas da representação das centrais sindicais, deixando à margem do processo todo o sistema confederativo, os trabalhadores rurais, representados pela Contag, e os servidores públicos.

O segundo equívoco, talvez o maior de todos, foi a edição da portaria 160, que atacou todo o sistema das finanças sindicais. Esse fato despertou e mobilizou parcela importante do movimento sindical, que ficaria alheia ao debate, contra



Divulgação

A fusão Ciosl-CMT e os dilemas do sindicalismo internacional

JCÃO BATISTA LEMOS
E ALTAMIRO BORGES

O sindicalismo no mundo todo atravessa uma prolongada e profunda crise, que afeta tanto as entidades na periferia como no próprio coração do sistema capitalista. Ela se manifesta na queda permanente das taxas de

**Diante da grave crise
que afeta o sindicalismo
no mundo, Ciosl e CMT
organizam um
congresso de fusão que
visa reforçar a
hegemonia do
reformismo sindical**

associados — segundo recente relatório da OIT, a média mundial de sindicalizados é de apenas 19%; na perda de poder de barganha dos sindicatos, que não conseguem conter a ofensiva do capital de retirada de direitos; na redução da influência do sindicalismo, que perde credibilidade na sociedade e capacidade de intervenção política;

Além das causas objetivas, atual crise deriva de fatores subjetivos que reforçam

na difícil incorporação de jovens e mulheres na vida sindical; e ainda no preocupante processo de sua fragmentação. Estes e outros fenômenos confirmam que a crise é muito grave!

Em boa medida, esta prolongada crise decorre de fatores objetivos, resultantes das mutações nas formas de exploração capitalista que têm reflexos na materialidade e na subjetividade de classe dos trabalhadores. A atual fase do sistema, marcada por taxas declinantes de crescimento, ocasiona recordes de desemprego, o que reduz o poder de negociação dos sindicatos. Para superar sua crise, o sistema ainda impõe o modelo neoliberal, que retira antigos direitos e reprime a ação sindical. Ao mesmo tempo, para elevar a extração de mais-valia, a revolução informacional nas empresas coloca novos obstáculos à organização da classe. Estas e outras mudanças afetam o conjunto do sindicalismo, independentemente das concepções vigentes.

Mas, além das causas objetivas, a crise do sindicalismo também deriva dos fatores subjetivos. Numa fase histórica marcada pela defensiva estratégica do proletariado, os sindicatos hoje correm atrás dos prejuízos e, com isso, reforçam seus limites endógenos, como o economicismo, corporativismo e aparelhismo. Para piorar, várias correntes perderam a perspectiva da superação do capitalismo a partir da débâcle da URSS e no Leste Europeu. Ou se converteram ao credo neoliberal e sabotam abertamente a luta dos trabalhadores; ou se domesticaram e pregam o “diálogo social” e a adaptação ao mercado. Há hoje

uma forte hegemonia reformista no sindicalismo. Sem perspectiva de classe, ele patina na burocratização e institucionalização.

As atuais dificuldades, porém, não anulam a importância estratégica do sindicalismo na luta e organização da classe. Mais do que nunca, o movimento sindical é chamado a jogar papel decisivo no combate à besta fera imperialista, que promove o genocídio dos povos e intensifica o saque das nações periféricas; na luta contra a tirania das transnacionais, que desrespeitam legislações locais, promovem a desterritorialização de empresas e abusam do trabalho precário; no combate à ditadura do capital financeiro, que torna reféns os Estados nacionais. Mais do que nunca, o sindicalismo tem o desafio de forjar a unidade da classe, hoje mais complexa e fragmentada, vítima do desemprego, da informalidade e da precarização do trabalho.

A Ciosl defendeu a ação fascista da CTV, somando-se ao governo Bush na tentativa frustrada de golpe contra Hugo Chávez

A barbárie capitalista não é irreversível e nem a globalização neoliberal é uma fatalidade. É ilusão tentar “humanizar o capitalismo” ou dar “dimensão social à globalização”, como pregam algumas correntes. O momento exige intensificar a luta dos trabalhadores por seus

interesses imediatos e históricos e acumular forças no rumo da superação da lógica destrutiva e regressiva do capital. O aumento das resistências no mundo inteiro — seja na heróica guerrilha no Iraque, na revolta dos imigrantes e jovens na Europa ou nas rebeliões na América Latina — indica que “um mundo melhor é possível”. O sindicalismo pode e deve ter um papel protagonista nesta jornada histórica de lutas, somando-se aos demais movimentos sociais.

FUSÃO CIOSL-CMT

É neste cenário, cheio de obstáculos e desafios, que o sindicalismo mundial discute o seu futuro. Todas as correntes demonstram inquietação com a crise atual e pregam que é urgente “renovar” as concepções, as práticas e a estrutura sindical. Também há o desejo unânime de que se reforce a unidade do sindicalismo para se contrapor à ofensiva mundial do capital. Neste sentido, desperta interesse a proposta de fusão da Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (Ciosl), que diz representar 145 milhões de trabalhadores, organizados em 233 entidades afiliadas de 154 países, com a Confederação Mundial dos Trabalhadores (CMT), que congregaria 26 milhões de trabalhadores, com 144 afiliadas em 116 países.

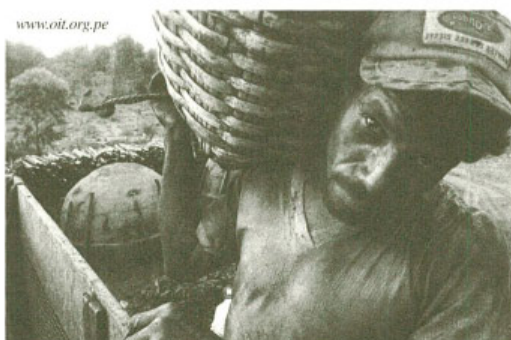
Após um longo período de conchavos de bastidores, a idéia foi defendida pela primeira vez em público em abril de 2003, no 17º Congresso da Ciosl, em Durban, pelo secretário-geral da CMT, Willy Thys. Em maio do mesmo ano, no 10º Congresso da Confederação Européia de

os limites do sindicalismo, como o economicismo, corporativismo e aparelhismo

Sindicatos (CES), em Praga, ela foi reforçada pelo secretário-geral da Ciosl, Guy Ryder. O primeiro documento conjunto assinado pelas duas executivas, "Princípios básicos para uma nova organização sindical internacional", saiu em 2004. A idéia ganhou forte impulso com sua aprovação no 18º Congresso da Ciosl, em dezembro de 2004, em Miyazaki (Japão), e em novembro de 2005, com a decisão do Congresso da CMT.

Mas qual o sentido desta proposta? Ela visa dar um novo impulso à luta dos trabalhadores e concretizar a sonhada unidade do sindicalismo? Ou representa um reforço das estruturas burocráticas e centralizadoras, a partir da concepção de harmonia entre o capital e o trabalho? Ela é feita com o objetivo de agregar todas as concepções existentes numa central pluralista e democrática, ou preserva o ranço sectário e excludente do passado? Visa "revolucionarizar", de fato, as práticas e concepções sindicais, ou quer apenas reforçar e eternizar aparatos a partir de medidas administrativas e financeiras? A resposta a estas e a outras questões é decisiva para decifrar os reais motivos e os desdobramentos da proposta de fusão da Ciosl-CMT.

É sabido que a Ciosl, criada em dezembro de 1949, nasceu no bojo da "guerra fria" visando domesticar a luta de classes. O seu estatuto pregava abertamente "o combate ao comunismo". Após dividir a Federação Sindical Mundial (FSM), fundada em outubro de 1945 numa fase de ascensão e unidade da luta proletária, ela cumpriu um papel histórico desprezível. Entre outros crimes,



Ambas privilegiam as negociações de cúpula em detrimento da luta e apostam suas fichas no tripartismo e na atuação do FMI e OMC

apoiou o brutal cerco capitalista ao bloco soviético e a Cuba, foi cúmplice das guerras imperialistas na Coreia e no Vietnã, estimulou e financiou as ações golpistas no Brasil, Chile, Argentina. Já a CMT, originária da Confederação dos Sindicatos Cristãos (CISC), criada em 1920 com apoio da hierarquia católica e dos partidos democrata-cristãos, sempre teve menor expressão no sindicalismo internacional e nunca aceitou discutir qualquer unidade orgânica.

CONCEPÇÃO E PRÁTICA

Na fase mais recente, com a desintegração do bloco soviético e o fim da bipolaridade entre URSS e EUA, a Ciosl teve visível crescimento das filiações, tornando-se a maior central mundial. Já a CMT se manteve estagnada e a Federação Sindical Mundial (FSM) sofreu com o golpe da dissolução do bloco

soviético e com suas próprias limitações. O anticomunismo, tão funcional para a sobrevivência da Ciosl no passado, deixou de ser a sua principal bandeira e sua maior fonte de recursos por parte dos governos e instituições burguesas. O que não significa que ela tenha superado essa doença genética. Vale a pena

citar apenas três exemplos deprimentes deste último período para evidenciar o risco da fusão sob a hegemonia da Ciosl:

- Em janeiro de 2002, a Ciosl defendeu a ação fascista da Confederação dos Trabalhadores da Venezuela (CTV), que se somou ao patronato e ao governo Bush na tentativa frustrada de golpe contra o presidente Hugo Chávez. "A CTV é um dos líderes da Coordenadoria Democrática, eixo da oposição ao governo da Venezuela", alegou. Documentos revelados recentemente confirmam que a AFL-CIO, a central dos EUA que é um dos principais sustentáculos da Ciosl, financia grupos de oposição ao governo de Hugo Chávez;

- Já em abril de 2003, o secretário-geral da Ciosl, Guy Ryder, enviou à OIT uma "queixa formal contra o governo de Cuba por violações da liberdade sindical". O documento, divulgado num momento de ataque do terrorista George Bush contra esta nação, fazia inúmeras acusações levianas, ao estilo da "guerra fria", contra a obrigatoriedade da filiação ao sindicato e a proibição ao direito de greve e à negociação coletiva no país. A mentirosa "queixa" foi prontamente rechaçada pela Central dos Trabalhadores de Cuba;

O anticomunismo, tão funcional para a Ciosl no passado, deixou de ser sua

● Por último, cabe analisar as recentes conclusões do 18º Congresso da Ciosl, no Japão. O documento final dedica atenção especial à China, num duro ataque aos rumos adotados por esta nação soberana que hoje ameaça a hegemonia dos EUA. Chega a defender “o apoio a setores sindicais atualmente excluídos do sistema de relações laborais neste país”, o que “de concreto, significa redistribuir recursos financeiros desta organização mundial”. Curiosamente, o texto pouco fala sobre a agressão imperialista ao Iraque.

Apesar da manutenção da postura belicista da “guerra fria”, que serve tão bem aos propósitos econômicos e geopolíticos das nações imperialistas, o centro das preocupações da Ciosl na atualidade tem se voltado para a crise do sindicalismo mundial. O mesmo ocorre com a CMT. Ambas já perceberam que as bases sindicais de suas afiliadas estão sendo corroídas, com a redução do número de associados e a sua

crônica incapacidade de enfrentar a precarização do trabalho, a informalidade, a desterritorialização das empresas, a explosão do desemprego e o drama das imigrações. Ambas até diagnosticam as graves enfermidades, mas acabam prognosticando os mesmos remédios ineficazes e prejudiciais à saúde do organismo sindical.

Mantêm a concepção que privilegia as negociações de cúpula em detrimento da luta de massas; apostam suas fichas no tripartismo e na ingerência nas instituições do capital, como o FMI e a OMC; alardeiam a ilusão de que é possível humanizar o capitalismo. Segundo a Oficina da Ciosl nas Américas, o objetivo da nova central seria o de “estabelecer nova governabilidade na globalização, visando uma ordem econômica e social mais justa, humana e solidária, mediante reforma e democratização das instituições multilaterais”. Já Willy Thys avalia que “a queda do muro de Berlim coincide com o desmantelamento do comunismo.

O mundo não é mais bipolar, mas sim globalizado... A CMT está convencida de que é necessário avançar na busca de uma governança justa, eqüitativa e solidária” para atingir “a dimensão social da globalização”.

Além disso, ambas estão preocupadas com sua própria crise de representação e legitimidade. Daí a razão principal de proporem a fusão, o que, na prática, tende mais a ser um processo de anexação da CMT pela poderosa Ciosl. Como confessa um dos apologistas da unificação, “a Ciosl não tem suficiente notoriedade pública, muitos dos seus afiliados não estão convencidos da sua capacidade, ela não recebe financiamento necessário e não conseguiu se adaptar às mudanças históricas. Como consequência destas debilidades, o sistema de decisão da Ciosl está fossilizado e a organização tem se burocratizado. É cada vez mais difícil perceber os resultados das contribuições financeiras da Ciosl”. Os mesmos males infernizam a CMT.

ARMADILHA PERIGOSA

A proposta da fusão Ciosl-CMT se encaixa nesta avaliação preocupante. Mas ela apresenta vários vícios e armadilhas. Por um lado, ela exclui correntes não identificadas com estas concepções, como fica implícito num documento recente: “A Ciosl tem insistido permanentemente que a unificação somente poderá ter lugar com base nos princípios do sindicalismo democrático e independente, que inspiraram a sua criação”. Essa terminologia, dos tempos sombrios da “guerra fria”, significa declaradamente a exclusão das centrais de Cuba,



principal bandeira e sua maior fonte de recursos, mas não foi superado

China, Vietnã e Coréia. Mesmo a recém fundada União Nacional dos Trabalhadores (UNT) da Venezuela, criada em contraposição à golpista e patronal CTV, estaria fora desses requisitos.

Não é para menos que a Confederação dos Sindicatos da China (ACFTU), que representa 134 milhões de associados, já acusou a fusão de representar um novo tipo de “hegemonismo sindical”. Ela também já foi criticada pelo secretário-geral adjunto da FSM, Valentim Pacheco: “O que existe é a fusão de duas centrais, mas a nova internacional não é unitária porque exclui a FSM, marginaliza a Confederação dos Sindicatos da China e veta a Central de Trabalhadores de Cuba (CTC), a Confederação dos Trabalhadores do Vietnã, a Federação de Sindicatos da Coréia do Norte e outras mais. Para que sejam dignos de respeito, os que no passado dividiram a FSM deveriam, em primeiro lugar, fazer uma sincera autocrítica e, em segundo lugar, não deveriam ser excludentes com as demais organizações somente porque elas pensam diferente”.

Além de sectário, o projeto de fusão apresenta perigosas armadilhas para as centrais nacionais que hoje já são filiadas a uma das duas organizações internacionais ou que vierem a se filiar à nova entidade. A CUT, que ingressou na Ciosl em 1992 com a desculpa de que disputaria internamente seus rumos políticos — o que a história demonstrou ser totalmente inviável — deveria rapidamente rediscutir a sua filiação. Pelo que já foi acordado pelas executivas da Ciosl e da CMT, a nova central será

Fusão representa uma armadilha para as filiadas nacionais, como a CUT; a nova central será ainda mais centralizada

altamente centralizada. As atuais organizações regionais, como a Orit e a Clat no continente americano, perderão o que resta de autonomia; na verdade, segundo documento da Ciosl, “elas deixariam de existir enquanto organizações regionais”.

Entre os pontos já firmados, estão: “Reconhecimento de uma única estrutura para cada região dentro da nova confederação internacional; garantia de um equilíbrio adequado entre a autonomia das estruturas regionais e a necessidade de que reflitam, em suas respectivas regionais, os enfoques e as políticas da confederação internacional; a necessidade de que os secretários-gerais das estruturas regionais tenham status de secretários-gerais adjuntos da confederação internacional, pelo qual as suas eleições deverão ser ratificadas pelos órgãos dirigentes da confederação internacional”. Há também excessiva preocupação em concentrar os recursos financeiros e em centralizar as ações em organismos como a OMC e o FMI.

Tamanha centralização já gerou críticas. A CMT, a parte mais frágil da fusão, solicitou salvaguardas para “preservar a sua corrente, enraizada em valores espirituais”. Também a

Confederação de Sindicatos da Europa (CES), tida como exemplo para fundação da nova central, exigiu a preservação da sua autonomia. Como brinca Kjeld Jakobsen, ex-secretário de relações internacionais da CUT e um dos arquitetos do seu ingresso na Ciosl, “é até irônico que as centrais mundiais que coordenam o processo de formação da nova organização e que tanto combateram o comunismo, não tenham nenhum melindre em adotar a concepção leninista de direção para a central”. Ele condena “a visão anglo-saxônica e centralizadora de direção”.

Como se observa, a fusão da Ciosl-CMT, prevista para ocorrer num congresso em novembro de 2006, na Áustria, não visa encarar a grave crise do sindicalismo. Na verdade, ela serve para reforçar os aparatos de uma cúpula sindical há muito tempo distante das lutas dos trabalhadores e sem sintonia com a resistência à globalização neoliberal. Com recursos centralizados, com maior controle sobre as regionais, com a ação burocrática nos organismos internacionais, a nova central pretende ter maior poder de sedução para atrair novas entidades, para isolar o sindicalismo classista e para ter exclusividade nas instâncias do capitalismo. A fusão tem como objetivo consolidar a hegemonia do sindicalismo de conciliação de classes no mundo!

João Batista Lemos é coordenador nacional da Corrente Sindical Classista (CSC) e Altamiro Borges é editor do Debate Sindical



Agpe Foto

Criança é vítima de fumigação na Colômbia patrocinada pelo governo dos Estados Unidos

O laboratório latino-americano da política externa de Bush-II

Em nome da democracia liberal e da livre iniciativa, os EUA justificam sua intervenção direta na defesa da "civilização" contra a "barbárie"

LUIS FERNANDO AYERBE

Durante o século XIX, a política externa de Estados Unidos se pautou pelo isolacionismo, evitando o envolvimento nas disputas entre as potências européias. A partir da doutrina formulada pelo

presidente Monroe, em 1823, a defesa do isolamento em relação à Europa passa a ser estendida para o conjunto do hemisfério. Manifestando preocupação com as intenções da Espanha de reverter, com o apoio da Santa Aliança, o processo de independência latino-americano, os Estados Unidos decidem fixar limites à intervenção de potências européias no continente.

A Doutrina Monroe inaugura uma política externa cujos lineamentos principais estarão presentes nas relações com a América Latina no decorrer do século XIX e boa parte do século XX. Três argumentos se destacam na posição assumida pelos Estados Unidos de guardião da segurança hemisférica: 1) a existência de ambições expansionistas na região por parte de potências extracontinentais; 2) a defesa de um modo de vida que expressa o maior grau de avanço conhecido pela civilização, na época representado pelo regime político republicano, a ser defendido das ambições colonialistas das monarquias européias; 3) a fragilidade das novas repúblicas latino-americanas para defenderem seus próprios interesses sem a ajuda dos Estados Unidos.

Embora não tenha sido formalmente abandonada, a invocação explícita da Doutrina Monroe se limita ao período de 1823 a 1904, em que são formulados seus cinco corolários. O primeiro, do secretário de Estado Henry Clay, de 1825, veta a possibilidade de transferência de Cuba e Porto Rico, colônias de Espanha, a qualquer outra potência. Os alvos eram principalmente Inglaterra, México e Colômbia, no caso dos dois últimos, pelo fato de poderem estimular a independência de Cuba. O

Doutrina Monroe justifica a postura dos EUA de guardião da segurança hemisférica na América Latina

segundo, formulado pelo presidente James Polk, em 1845, busca desestimular qualquer interesse, principalmente da Inglaterra, pelo Texas, que tinha se separado do México em 1836 e foi posteriormente incorporado à União Americana.

Em 1871, o presidente Ulysses Grant invoca a Doutrina com o objetivo de desestimular eventuais intenções de recolonização da República Dominicana por parte da Espanha, após a anexação de 1861 e sua posterior retirada em 1865. Em 1895, o secretário de Estado Richard Olney envia uma mensagem a Londres a raiz da disputa fronteiriça entre Venezuela e a Guiana Inglesa, propondo que Estados Unidos sejam mediadores do conflito de interesses, sob o argumento de que a Doutrina Monroe não estava sendo respeitada. O quinto, conhecido como *Big Stick*, foi formulado por Theodore Roosevelt, em dezembro de 1904. Sob o pretexto de defender o hemisfério a raiz de problemas surgidos com a insolvência da Venezuela no pagamento da sua dívida externa, que tem seus portos bloqueados por uma esquadra de barcos ingleses, alemães e italianos, os Estados Unidos se adjudicam o

direito exclusivo de intervenção nos países da região com problemas para honrar seus compromissos internacionais.

TRAJETÓRIA INTERVENCIONISTA

Após o governo de Theodore Roosevelt, embora a Doutrina Monroe não esteja entre as motivações de intervenções mais ativas na região, seus três argumentos apontados no início continuam presentes. A partir dos anos 1930, durante a presidência de Franklin Roosevelt, conhecida nas relações hemisféricas como período da boa vizinhança, não se verificam ações unilaterais. No entanto, no contexto da Segunda Guerra, há uma pressão para o apoio aos aliados, impondo formas de ajuda econômica, como no caso da Bolívia, que vendeu seu estanho abaixo do preço de

Presença militar norte-americana na América do Sul



Equipe Arte/ABR

mercado. A proteção da região da influência das potências do eixo, seja pelo alinhamento de países com a Alemanha ou a adoção de sistemas políticos similares, levam os Estados Unidos a promoverem o isolamento de governos suspeitos de simpatias com o nazifascismo, conforme aconteceu com a então ditadura militar Argentina.

Durante a Guerra Fria, a região passa a sofrer crescentes interferências sob o argumento do combate ao expansionismo soviético, que encontraria terreno favorável nas fragilidades que decorrem da pobreza e das fortes desigualdades sociais. O grande exemplo invocado é a revolução cubana. A resposta se pautará pela combinação de pressões econômicas em favor da promoção da abertura dos mercados nacionais ao capital estrangeiro, e combate aos regimes nacional-populistas e de esquerda. Como resultado, promoverá a disseminação de governos aliados (militares ou não) na agenda global contra o comunismo.

Nos anos iniciais do pós-Guerra Fria, mudam as

Ideólogos do governo Bush pregam a revitalização da Doutrina Monroe em contraposição ao idealismo da ONU

percepções sobre a região, onde a democracia política e a liberalização econômica despontam como tendências inquestionáveis. A preocupação com a consolidação dessa trajetória conduz a uma redefinição dos parâmetros que orientam as relações hemisféricas, levando à construção de uma nova arquitetura que tem como palco principal as Cúpulas Presidenciais, inauguradas pelo governo Clinton em 1994, cujo grande desdobramento é a proposta de criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca) a partir de 2005. Dessa forma, busca-se aprofundar os laços regionais a partir de um padrão de desenvolvimento que segue os lineamentos do sistema econômico norte-americano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Doutrina Monroe inaugura uma modalidade de ação dos Estados Unidos na América Latina que invoca como justificativa das intervenções as limitações de países estruturalmente problemáticos, incapazes de definir um rumo estável na direção da liberdade política e econômica, cujas fragilidades tendem a gerar situações propícias às ambições hegemônicas de potências extracontinentais.

A convicção de que essa política obteve sucesso na condução da região para um

caminho de convergência com o modo de vida vigente ao norte do hemisfério passa a encorajar novas posturas missionárias, marcadamente no Oriente Médio, onde são recriados os três elementos que destacamos na caracterização do monroismo: o terrorismo como nova ameaça global ao “mundo livre”, encontrando nas fragilidades enfrentadas pelos países em desenvolvimento um campo fértil para a desestabilização dos esforços estadunidenses em favor da democracia e da livre iniciativa, justificando sua intervenção direta na defesa da “civilização” contra a “barbárie”.

Conforme explicitam alguns ideólogos do governo Bush, está na hora de revitalizar a Doutrina Monroe: “A sabedoria transparente do corolário de Roosevelt — que reconhece que se os Estados Unidos não mantiverem a ordem no Caribe, os alemães ou os ingleses o farão — cedeu espaço às esperanças idealistas da carta da ONU de que poderíamos administrar tudo coletivamente. Aquelas esperanças viraram pó há muito tempo. E agora, um século depois, uma versão atualizada do corolário de Roosevelt parece retornar como o direito internacional das nações”^[1].

NOTA

[1] Frum, David e Perle, Richard. “An end to evil”. New York; Random House, 2003, p. 120-121.

Luis Fernando Ayerbe é professor do Departamento de Economia da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Unesp, Unicamp e PUC/SP. Foi Visiting Scholar no David Rockefeller Center for Latin American Studies, Harvard University (1995-96) e no Centro de Estudios Internacionales e Interculturales de la Universidad Autónoma de Barcelona (2001-02). Em 2000 foi premiado no Concurso de Bolsas Sênior Clacso-Asdi e, em 2001, por Casa de las Américas, na categoria de Ensaio Histórico-Social.

www.infymedia.org





Arquivo: Cobas del Lavoro Privato

O sindicalismo italiano perante o reformismo neoliberal

MARIA TERESA PIGNONI

Desde os anos 80 os sindicatos italianos, como os dos outros países europeus, são confrontados com as transformações do mundo do trabalho de grande amplitude. O desenvolvimento do setor terciário, a descentralização da produção, a redução dos efetivos, os novos modelos de gestão e de organização do trabalho, a

**A progressiva
flexibilização do
trabalho resulta no
aumento da pobreza e
da precarização da
mão-de-obra e
debilita e divide o
sindicalismo italiano**

emergência de novas categorias de trabalhadores (quadros públicos, trabalhadores independentes, mulheres) e o desenvolvimento do liberalismo são fatores de fragilização das organizações dos trabalhadores construídas sobre um modelo de relações do trabalho que correspondeu ao período fordista. No entanto, o sindicalismo opôs-se melhor na Itália do que em outros países.

Os primeiros “pactos sociais” levaram à moderação salarial e ao aumento da

Isto se explica pelo aumento do número de aposentados que procuram (e encontram) nos sindicatos uma vasta gama de serviços que diminuem as suas carências e atenuam o desmonte da administração pública.

Durante as últimas décadas, a paisagem sindical italiana continua a ser dominada pelas três grandes confederações: a CGIL (Confederazione Generale Italiana del Lavoro), tradicionalmente de predominância comunista, mas que evoluiu durante os anos 90 para uma estratégia reformista de orientação social democrata; a CISL (Confederazione Italiana Sindacati Lavoratori), de predominância democrata-cristã; e a UIL (Unione Italiana del Lavoro), de predominância socialista. Em paralelo, numerosos sindicatos autônomos implantados, sobretudo no setor terciário público, vêm a emergência de novas formações, como os Cobas (Comitês de base), fortemente críticos em relação ao reformismo das confederações.

Durante os anos 80, num contexto de forte inflação, de desemprego em massa, de derrota e divisão da esquerda, a redução dos gastos sociais e do custo do trabalho, a flexibilidade das regras de recrutamento e a flexibilização do emprego tornam-se desafios de conflito social sobre os quais a estratégia unitária do sindicalismo confederativo freqüentemente será posta à prova. A partir desta época, a crise da negociação coletiva, tanto a nível setorial como ao das empresas, permite às confederações privilegiarem os diálogos com o governo e o

debate sobre as orientações gerais de política econômica.

Entre 1978 e 1984, os primeiros “pactos sociais” levarão à moderação salarial, ao aumento da mobilidade da mão-de-obra, à redução do automatismo da escala móvel dos salários e à redução dos constrangimentos institucionais impostos aos empregadores nos procedimentos de recrutamentos. As contrapartidas a estas concessões sindicais serão deixadas a cargo do Estado: luta contra a fraude fiscal e medidas de luta contra o desemprego. A falta de eficácia das medidas resulta em reação de uma parte da CGIL (rompimento da unidade sindical). Ocorrem igualmente fortes tensões entre sindicatos e o governo de centro-esquerda.

Divisão das centrais é agravada com o surgimento dos Comitês de Base, críticos diante do reformismo sindical

CONSTRUÇÃO EUROPEIA

No início dos anos 90, a retomada das negociações conduzirá ao fim da escala móvel dos salários e ao adiamento *sine die* das negociações salariais em curso. A instabilidade da situação política italiana (operação Mãos Limpas) explica em parte esta atitude consensual das confederações na hora em que as contrapartidas oferecidas (novas promessas de reforma fiscal, retomada das negociações sobre o custo do trabalho, novos

dispositivos de políticas de emprego) revelam-se relativamente fracas.

Dois acordos, em 1993, marcarão uma nova fase da política dos rendimentos, das políticas de emprego e da negociação coletiva lançando as bases de uma liberalização do mercado de trabalho através da introdução de novas formas de emprego “flexíveis”. Três anos mais tarde, na sequência dos conflitos, durante o primeiro governo Berlusconi (direita), é um governo de centro-esquerda a quem competirá elaborar uma reforma de grande amplitude do mercado de trabalho com o acordo unânime dos sindicatos.

A preocupação principal dos responsáveis políticos, nessa época, é conformar-se às recomendações europeias: rigor orçamentário, modernização das instituições, liberalização do mercado de trabalho. A introdução da flexibilidade é considerada como necessária pelo conjunto das forças políticas, incluída a esquerda reformista. O trabalho torna-se o primeiro fator de ajustamento econômico e a reforma do quadro institucional e jurídico do mercado de trabalho aparece como incontornável para favorecer a flexibilidade. O novo “pacto” assinado em 1996 amplificará este processo através do trabalho temporário e da abertura ao privado das atividades de mediação entre oferta e pedido de trabalho.

Se hoje vozes elevam-se para pôr em discussão os motivos desta política liberal de flexibilização do trabalho, ela, no entanto, beneficiou-se de um relativo consenso do conjunto das forças

precariedade do trabalho

políticas e sindicais. O conjunto dos sindicatos elabora um balanço positivo desta prática de concertação social, fruto de uma intensa atuação legislativa durante os anos 90. Cofferati, secretário-geral do CGIL entre 1994 e 2002, justifica este posicionamento sindical pela fragilidade das instituições italianas. Os sindicatos teriam sido obrigados a desempenhar um papel “político” que excede as suas atribuições: “O governo não se beneficiava de uma maioria parlamentar”. Para obter o consenso parlamentar necessário para a continuação da sua ação, devia apoiar-se sobre uma base social forte, representado pelos sindicatos.

FLEXIBILIZAÇÃO E DIVISÃO

Seis anos após a entrada em vigor desta reforma, o “Pacto para a Itália”, assinado em julho de 2002 pelo governo Berlusconi e 39 organizações de assalariados e de empregadores, não suscitará o mesmo consenso. A reforma que se inscreve no âmbito da estratégia europeia para o emprego e visa “criar e desenvolver o emprego de qualidade numa economia aberta e competitiva”, baseia-se num diagnóstico negativo do funcionamento do mercado de trabalho italiano, mesmo que tivessem sido atingidos os objetivos da reforma anterior. Exploração do trabalho noturno, desemprego, baixa taxa de atividade das mulheres, formas ilegais de mediação, opacidade e ineficácia do serviço público de emprego são os motivos novamente invocados para legitimar a necessidade de



Arquivo: Cobas del Lavoro Privato

empreender uma reforma do mercado de trabalho que “aproximaria a Itália dos outros países europeus”.

A partir de 2003, o direito do trabalho italiano vai adotar novas formas contratuais, como o “trabalho intermitente” (a *chiamata*), o “trabalho alugado”, o “trabalho acessório”, o “trabalho compartilhado” ou “em casal” e o “trabalho por projeto”. A abertura a operadores privados da mediação entre demanda e oferta de trabalho, já iniciado pela reforma de 1996, é desenvolvida largamente. Autorizando a criação de agências privadas para o emprego, e colocando-as no mesmo plano que os centros públicos para o emprego, a lei liberaliza a colocação dos desempregados.

TRABALHADORES “ATÍPICOS”

Enquanto os efeitos sociais desta progressiva liberalização do mercado de trabalho começam a perceber-se em termos de pobreza e precarização da mão-de-obra, os sindicatos encontram-se de novo divididos: a CGIL aparece muito crítica em relação a estas reformas que contribuiriam para o aumento da precariedade e a desestruturação do direito do trabalho, enquanto a CISL e o UIL consideram as novas formas de emprego como inovações que respondem às “inegáveis” transformações do trabalho.

A partir do final dos anos 90, organizando-se sobre uma base territorial e interprofissional, as três confederações sindicais dotaram-se de estruturas *ad hoc* que permitem representar os trabalhadores atípicos: o Nidil (Nuove Identità di Lavoro), da CISL, e o CPO (Coordinamento per l'Occupazione) unido ao UIL.

Seus membros beneficiam-se dos serviços oferecidos ao conjunto dos sindicalizados e estas estruturas desenvolvem serviços que atendem às necessidades específicas dos trabalhadores mais precários. A implantação sindical continua a ser, no entanto, muito fraca: a instabilidade jurídica, o alto nível de *turnover*, a ausência de um quadro institucional adaptado à sua representação na negociação coletiva, constituem obstáculos à efetiva sindicalização e à formação de equipes estáveis. Mas para além destas dificuldades objetivas, a atitude sindical em relação aos precários encontra-se confrontada com duas estratégias contraditórias: a que consiste em levar reivindicações específicas e a obter-lhes um mínimo de vantagens contratuais e a que visa a sua regularização no âmbito do emprego assalariado “normal”.

Maria Teresa Pignoni é socióloga da Dares (Direção de Atividades de Pesquisa, Estudos e Estatísticas), órgão ligado ao Ministério do Emprego, Coesão Social e Assistência Social da França

JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO



Mesmo subordinado à ortodoxia neoliberal, governo colocou em pauta a questão social

omitir e falar que os patrões não querem dar, quando a gente não exigiu, pó!”.

O verbo exigir soa muito forte no contexto, mas este enfoque é único na maré de entrevistas dadas por Lula entre 1978 e 1980, em pleno regime militar.

ORTODOXIA ECONÔMICA

Mesmo subordinado à ortodoxia macroeconômica e tendo abandonado até mesmo a transição anunciada na Carta ao Povo Brasileiro, Lula tem conseguido, pouco a pouco, como um dirigente sindical sagaz, colocar na pauta nacional o tema do atendimento social e fazer com que haja um deslocamento do eixo de interesses configurados no Produto Interno Bruto. O crescimento medíocre tem se escorado no consumo das famílias e este consumo desloca-

se na direção dos mais pobres.

Pela primeira vez em muitos anos quebra-se a escrita perversa que fazia do crescimento do emprego uma fração do crescimento do produto, embora ainda não se tenha enfrentado e demolido a proibição do crescimento econômico acima dos 3%. A diminuição forte do desemprego garantiu a possibilidade de aumentos reais de salários. Os metalúrgicos de Curitiba, por exemplo, somaram durante os três últimos anos 9,7% de aumento real, com um crescimento do número de empregados superior a 15%.

TRANSIÇÃO PROMETIDA

O reajuste do salário-mínimo, processo compartilhado com as centrais sindicais, faz história. Os R\$ 350,00 em abril serão em paridade de poder de compra de uma cesta básica equivalentes ao salário médio de março de 1966, ou seja, de 40 anos passados.

Se minha hipótese estiver correta e este sutil deslocamento dentro da carapaça ossificada da política econômica estiver acontecendo, poderá ser ele — e não a contestação frontal, abstrata e inconsequente à própria política econômica — a base para se encaminhar, num eventual segundo mandato e com uma correlação de forças políticas até mesmo piorada, uma política de fôlego capaz de garantir, com a experiência minimalista acumulada, a transição prometida em 2002 para o crescimento econômico sustentado e com distribuição de renda.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical de diversas entidades de trabalhadores em São Paulo

A sutileza de Lula na condução do governo

Posso estar enganado, mas há uma sutileza a ser analisada no governo do presidente Lula. Enquanto se submete à ortodoxia econômica mais estrita, ele consegue transferir aos mais pobres e aos trabalhadores alguns resultados do pífio crescimento econômico tolerado e das disponibilidades orçamentárias.

Há, na condução pessoal de Lula, muito da esperteza do dirigente sindical que compensa a sua fragilidade (e a de seus representados) pela interminável busca de “algo” na mesa de negociação. Algo que não conteste o poder e a hegemonia do patrão, não custe quase nada para sua empresa, mas que representa muito para o dirigente sindical e para os trabalhadores beneficiados.

“SEM PORRA-LOUQUICE”

Em março de 1978, numa entrevista ao Pasquim, Lula explicou sua força com a burguesia: “Estou preparado para sentar numa mesa com o patrão como gente, sem dizer ‘esse é meu inimigo’. Não faço isso não. Converso com o patrão defendendo o trabalhador e ele defendendo o capital dele, mas sem partir pra porra-louquice ou agressão moral. O patrão é um inimigo a partir da omissão da gente, é muito cômodo a gente se

Desafios do movimento sindical frente ao governo Lula



Valter Campanato/ABr

Ao dar continuidade ao modelo neoliberal, o governo Lula aprofundou a divisão no interior da CUT e arrefeceu a sua combatividade

ANDRÉIA GALVÃO

A eleição de Lula modificou profundamente o cenário sindical brasileiro. Este artigo destaca dois aspectos dessa mudança: a aproximação entre a posição e a prática adotada pela CUT e pela Força Sindical (FS) em diversos aspectos que

anteriormente as distinguiam e a alteração nos vínculos entre as centrais e o governo, posto que no decorrer deste governo a CUT ampliou o seu peso institucional.

É certo que nenhum desses movimentos é propriamente novo, uma vez que desde o início dos anos 1990 a direção da CUT vem operando mudanças em seu

discurso e em sua prática, convertendo-se ao *sindicalismo propositivo*. Este se caracteriza pelo predomínio da ação no plano institucional, da negociação dentro da ordem, por concessões ao governo e ao capital, sendo bastante próximo do sindicalismo de resultados representado pela FS^[1]. É certo também que a

Ligações históricas entre o PT e a CUT alçaram-na ao posto de interlocutora

aproximação entre CUT e FS se tornou mais intensa ao longo dos governos de Fernando Henrique Cardoso, quando ambas as centrais passaram a convergir na defesa de um modelo de "sindicato-cidadão".

Porém, o fato do governo ser comandado por um adversário da CUT ajudava a central a superar suas divisões internas e a assumir uma posição de maior resistência frente às "reformas orientadas para o mercado". Ao dar continuidade ao modelo neoliberal quando de sua ascensão ao poder, o PT paralisou a capacidade de crítica de seus aliados, arrefecendo a combatividade da CUT. Além disso, as ligações históricas entre o partido e a central alçaram-na ao posto de interlocutora principal do governo no meio sindical.

A vitória do PT aprofundou as divisões no interior dessa central: enquanto as correntes minoritárias ainda buscam resistir ao neoliberalismo, a corrente majoritária faz uma crítica superficial ao governo, denunciando os efeitos colaterais da política econômica, como o desemprego elevado e a queda na renda^[2] pois, tal como a corrente majoritária do PT, ela própria se rendeu ao neoliberalismo. Desse modo, o sindicalismo cutista vem desempenhando, no governo Lula, papel similar ao desempenhado pela FS até o penúltimo ano do governo Cardoso pois, ao invés de organizar a resistência dos trabalhadores e mobilizá-los em defesa de seus direitos, procura conter manifestações contrárias ao governo, a fim de não prejudicar sua "governabilidade". Assim,

Embora critique aspectos da política econômica, a CUT não exige a ruptura e nem exerce pressão sobre o governo Lula

embora critique aspectos da política econômica, opondo-se à taxa de juros e ao superávit primário elevados, não exige a ruptura de modelo, nem exerce forte pressão sobre o governo para que este reduza os juros e o superávit^[3].

DISTANCIAMENTO DAS BASES

A proximidade entre PT e CUT tem afastado a central de manifestações e protestos contra o governo, mesmo quando este ameaça direitos dos trabalhadores, como no caso da reforma da previdência. Além disso, a direção da central procura demover os sindicatos de sua base a entrar em greve e opta por participar dos organismos tripartites constituídos pelo governo para discutir as reformas que pretende implementar, ao invés de discutilas com sua base, como no caso da reforma sindical.

No que se refere à FS, essa central tem dificuldades de se opor ao governo, dado seu caráter marcadamente governista e pelego. Assim, enquanto a CUT enfrenta obstáculos para manter sua unidade interna e sua independência frente ao governo, a FS vive um momento de crise de identidade pois, aliada de primeira hora de todos os governos, a central perdeu este posto para a CUT. Nesse novo

contexto, a FS critica o aumento da taxa de juros e algumas medidas que antes defendia, apresentando-se como oposicionista. Mas essa crítica representa muito mais uma tentativa de se diferenciar da CUT, considerada central governista, do que uma convicção política.

A convergência entre o posicionamento da CUT e da FS em muitos aspectos que anteriormente as distinguiam coloca um desafio significativo para o movimento sindical. Algumas lideranças optaram por romper com a CUT; outras, por continuar lutando em seu interior, na tentativa de modificar a orientação da central^[4]. Ambas as opções implicam custos: a ruptura significa abandonar uma história e dar início a um novo trabalho de organização e mobilização das bases, a fim de substituir a CUT por uma outra referência "de luta"; a não ruptura significa continuar a disputar espaços no interior da central, correndo o risco de legitimar a capitulação liderada pela maioria.

O certo é que as correntes que buscavam resistir ao neoliberalismo encontram-se desarmadas, pois apostavam que o governo Lula implantaria um projeto de mudança. Algumas dessas correntes consideram que nem a CUT, nem o PT representam mais os interesses dos trabalhadores, mas hesitam em abandoná-los por considerar que ainda não existe nenhuma alternativa a essas organizações. Alguns dirigentes, aliás, criticam a tese da ruptura com a CUT por considerar que isso significa abrir mão da disputa interna, acusando

principal do governo no meio sindical

os que o fazem de fragmentar a maior organização dos trabalhadores já constituída no Brasil, reduzindo o espaço da esquerda e fortalecendo ainda mais a corrente majoritária [5].

AUTONOMIA ABANDONADA

Diante disso, coloca-se a seguinte questão: é possível disputar hegemonia no interior da CUT na atual conjuntura? A nosso ver, isso é cada vez mais difícil, pois o *sindicalismo propositivo* encontra-se fortalecido por ter como interlocutor um governo que o apóia. É verdade que a direção da CUT nunca impediu que as correntes minoritárias se manifestassem contrariamente a medidas lesivas aos interesses dos trabalhadores nos governos passados. Mas a conjuntura era diferente, pois a *Articulação Sindical* não apoiava abertamente ou integralmente aqueles governos; portanto, era mais fácil adotar uma postura crítica, mesmo que a maioria resistisse em fazê-lo.

No contexto atual, além da proximidade política e ideológica entre a CUT e o PT, não se pode desconsiderar as formas de cooptação empregadas pelo governo, tampouco desprezar seus efeitos sobre os trabalhadores. A nomeação de Luis Marinho para o cargo de ministro do Trabalho e Emprego não constitui apenas uma forma de recompensar o apoio da CUT ao governo num momento de crise política, mas também de reduzir as resistências à política do governo, na medida em que o movimento sindical — ou parte dele — se vê diretamente representado no Ministério.

Essa nomeação fortalece o *sindicalismo propositivo e cidadão*, uma modalidade de sindicalismo altamente vantajosa para o governo, pois rebaixa a negociação àquilo que é realista, propagando o discurso da “utopia do possível”. Isso pôde ser visto na recente negociação acerca do aumento do salário mínimo e do reajuste na tabela do imposto de renda. Ao invés de mobilizar sua base para reivindicar ao governo o cumprimento de suas promessas de campanha, as centrais sindicais fizeram um acordo de cúpula, apresentando seu resultado como uma grande vitória [6].

Por fim, o *sindicalismo propositivo* também pode ser útil para enfrentar a crise política, pois até mesmo as críticas superficiais ao governo se arrefecem diante do suposto “golpismo” das elites. Com isso, as medidas antipopulares e as alianças com setores da burguesia são relegadas a um segundo plano, ou simplesmente deixam de ser criticadas. O outrora sindicalismo combativo abre mão de sua autonomia para justificar e defender um governo que, de governo dos trabalhadores, passa a ser considerado um “mal menor”.

NOTAS

¹ Ver: Galvão, Andréia. “A CUT na encruzilhada: dilemas do movimento sindical combativo”. *Idéias*, Campinas, vol. 09, n. 1, 2002; Trópia, Patrícia. “A adesão da Força Sindical ao neoliberalismo”. *Idéias*, vol. 9, n. 1. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, 2002.

² A despeito da queda do desemprego verificada entre o primeiro e o terceiro ano do governo Lula (a taxa de desemprego para a região metropolitana de São Paulo passou de 19,9% em 2003, para 16,9% em 2005, segundo a Pesquisa de

Emprego e Desemprego do Dieese/Seade), ele se mantém elevado. Além disso, apesar de uma ligeira recuperação na renda registrada pelo IBGE (os dados indicam que, entre 2004 e 2005, a renda média dos ocupados aumentou em 2% para o conjunto das regiões pesquisadas, ou 1,8% para a região metropolitana de São Paulo — Cf. Retrospectiva dos três anos da nova PME. In: www.ibge.gov.br), ainda é cedo para avaliar se esse crescimento será sustentado. Ademais, os dados do Dieese demonstram a necessidade de se olhar para esse indicador com cautela, pois indicam uma ligeira queda, de 0,4%, no rendimento dos ocupados da região metropolitana de São Paulo (Cf. PED. Mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo em 2005. In: www.dieese.org.br).

³ A taxa de juros aumentou entre setembro de 2004 e maio de 2005, chegando a 19,75%, e só começou a cair a partir de setembro de 2005. Nesse mesmo ano, o superávit primário ultrapassou a meta estabelecida, atingindo 4,84% do PIB no lugar de 4,25%.

⁴ Os dissidentes organizaram-se em torno da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), entidade que conta tanto com a participação de sindicatos que se desligaram da CUT, quanto de sindicatos que se mantêm filiados a ela, optando por manifestar seu descontentamento frente à direção da central sem dela se desligar, além de organizações não sindicais. Outra iniciativa importante constituída no período recente foi a Assembleia Nacional Popular e da Esquerda, composta por integrantes de diferentes movimentos sociais com o objetivo de discutir o papel da esquerda diante da crise do governo Lula e em cuja Carta Aberta pode-se ler o seguinte: “A reorganização da esquerda passa por fora do PT. Portanto, a tarefa é derrotar as direções da CUT, UNE e do PT no movimento” (In: www.assembleiapopular.org).

⁵ Ver, por exemplo, Borges, Altamiro. Trotsky, o PSTU e a divisão na CUT. *Debate Sindical* n. 53, nov-dez-jan 2006, pp. 16-21.

⁶ Embora o reajuste do salário mínimo tenha sido maior do que a inflação do período (o aumento real entre 2003 e 2006 foi de 24,25%), seu valor está distante do reivindicado pelas centrais sindicais (R\$ 400,00) e mais distante ainda do salário mínimo necessário, segundo o Dieese (R\$ 1.607,11, para dezembro de 2005).

Andréia Galvão é professora de ciência política da Unicamp e pesquisadora do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx)

“Adeus ao trabalho?”, dez anos depois

O livro de Ricardo Antunes conseguiu tornar-se não apenas um sucesso editorial, mas um pequeno clássico da sociologia crítica do trabalho

GIOVANNI ALVES

Há cerca de dez anos, em 1995, fiz uma pequena resenha para o recém-lançado livro de Ricardo Antunes, “Adeus ao trabalho? — Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho”. Naquela época destaquei a importância do livro que surgia num momento em que o Brasil, com a ofensiva neoliberal, passava a integrar-se, cada vez mais, à onda de transformações produtivas que atingiam o mundo capitalista desenvolvido, com impactos decisivos na materialidade (e subjetividade) do trabalho organizado no país.

Era a época do governo Fernando Henrique Cardoso e o campo político das esquerdas socialistas acumulava mais uma derrota eleitoral nas últimas eleições presidenciais em 1994. Enfim, estávamos sob o impacto do Plano Real e da ofensiva ideológica da globalização. Eram tempos difíceis para as forças de esquerda marxista no Brasil e no mundo capitalista. Por isso, pode-se dizer que “Adeus ao trabalho?” é um livro ousado de um intelectual corajoso que “nadava contra a maré” nos anos de chumbo da “década neoliberal”.

Assim, relendo-o após todos esses anos, constatei que, seguindo a tradição ensaística de Florestan Fernandes e Octávio Ianni, Ricardo Antunes nos expõe

Um livro ousado de um intelectual corajoso que “nadou contra a maré” nos anos de chumbo da década neoliberal

preciosos elementos introdutórios de uma sociologia crítica do trabalho, tecendo as linhas teórico-analíticas comprometidas com o marxismo vivo, indispensáveis hoje, mais do que nunca, aos pesquisadores sociais na área do trabalho.

UM CLÁSSICO DA SOCIOLOGIA

Na verdade, “Adeus ao trabalho?” tem dado preciosas sugestões teórico-analíticas para uma série de pesquisas sociológicas na área de trabalho e sindicalismo no Brasil. Após dez anos, constato que o livro de Antunes conseguiu tornar-se não apenas um sucesso editorial, mas um pequeno clássico da sociologia crítica do trabalho. Está na sua 10ª edição no Brasil, tendo sido lançado em vários países (Itália, Espanha, Argentina, Colômbia, Venezuela e uma edição da Editora Cortez para o México).

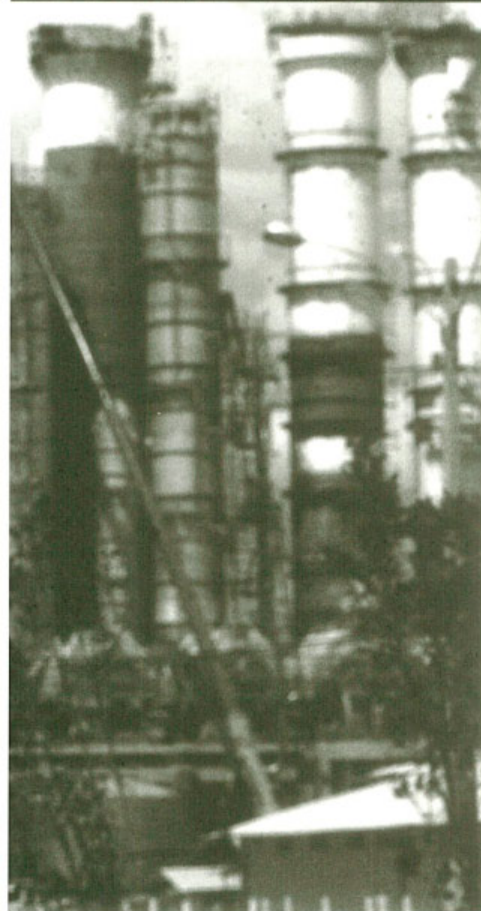
Ricardo Antunes tem sido um sociólogo de aguda reflexão político-intelectual sempre vinculada à práxis histórica do proletariado brasileiro, seguindo seus avanços e percalços, procurando intervir, de maneira incisiva, nos nexos essenciais da problemática do mundo do trabalho e sindicalismo no Brasil. Se na década de 1980, a denominada “década dos trabalhadores”, a época do nascimento da CUT e do ressurgimento do sindicalismo no país, Antunes pensou as greves operárias do ABC e os caminhos (e descaminhos) do “novo sindicalismo” (como demonstra na sua obra “A rebelião do trabalho”, publicada em 1991), a partir dos anos 1990, a época da ofensiva do capital na produção, da onda neoliberal, dos Programas de Qualidade Total, terceirização e flexibilização do trabalho, com o livro “Adeus ao

Livro enfatiza a tese de que a superação do capitalismo “tem na classe trabalhadora, mesmo fragmentada, o seu pólo central”

trabalho?”, Antunes penetrou no debate já clássico sobre a centralidade do mundo do trabalho no limiar do século XXI (com um detalhe — seu horizonte de análise nesta obra não é o Brasil, mas o mundo capitalista desenvolvido). É um tema que Antunes iria prosseguir mais tarde com “Os sentidos do trabalho” (1999) e depois, mais recentemente, com “A desertificação neoliberal” (2003) e “O caracol e sua concha — Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho” (2005).

É contra aqueles que pretendem negar (ou ocultar) o princípio político-ontológico da centralidade do mundo do trabalho, e a riqueza heurística da teoria marxista, que surgiu “Adeus ao trabalho?”. De início a obra parece ser um contraponto à obra de André Gorz, *Adeus ao proletariado*, de 1982 — entretanto, o livro de Antunes conseguiu ir além.

Por exemplo, na primeira parte, intitulada “Fordismo, toyotismo e acumulação flexível”, Antunes disserta, com desenvoltura, sobre a natureza das transformações produtivas que atingem o mundo do trabalho e ensaia a sua crítica do toyotismo. Seu alvo é, portanto, num primeiro momento, os teóricos “pós-fordistas”, da “especialização flexível” (Piore e Sabel) ou “neofordistas” (Coriat). Em sua crítica das posições



Marcello Casal Jr/ABr

O desenvolvimento do capitalismo global desmentiu o livro de Gorz — o proletariado não disse adeus

trabalho — a classe trabalhadora complexificou-se, fragmentou-se, heterogeneizou-se ainda mais. Mas, ressalta Antunes, ela *não* caminha no sentido de sua extinção.

Além disso, Antunes observa o predomínio, no interior do movimento operário, de um *novo corporativismo*, de tendências crescentes de *burocratização e institucionalização* das entidades sindicais, que as incapacita para desenvolver e desencadear uma ação *para além do capital*, tendência que iria se agudizar na década seguinte, como nos mostra a trajetória da CUT e do PT. Apesar disso, Antunes é enfático quando mantém a possibilidade da *revolução do trabalho*, da emancipação *do e pelo* trabalho, como um *ponto de partida* decisivo para a busca da omnilateralidade humana, de uma *vida cheia de sentido* (na acepção de Lukács).

Finalmente, em sua terceira parte, a mais instigante, Antunes apresenta algumas teses procurando demonstrar, a título introdutório — e, portanto, preliminar (já que suas pesquisas prosseguem) —, que a crise contemporânea é do capital (e não uma crise do trabalho concreto) — ou seja, é uma *crise do trabalho abstrato*, do sistema produtor de mercadoria “cuja superação”, diz ele, “tem na classe trabalhadora, mesmo fragmentada, heterogeneizada e complexificada, o seu pólo

central”. Para Antunes, o viés fundamental dos críticos da sociedade do trabalho, principalmente Gorz, Habermas e Offe, é desconsiderar o duplo caráter do trabalho, ressaltado por Marx n’*O Capital* — o *trabalho concreto* e *trabalho abstrato*. Para ele esta distinção, lembrada por Heller (e presente em Marx), entre *labour* e *work*, é decisiva para constituir uma crítica dos críticos da sociedade do trabalho. E se não se considera isso pode-se entender, equivocadamente, a *crise da sociedade do trabalho abstrato* como a *crise da sociedade do trabalho concreto* (considerado, por Antunes, seguindo Marx, como a dimensão primária, originária, ponto de partida para a realização das necessidades humanas e sociais).

É curioso que “Adeus ao trabalho?” tenha tido uma trajetória inversa do livro de André Gorz, “Adeus ao proletariado”, opúsculo que serviu de mote polêmico de Antunes. Enquanto nas últimas décadas, o desenvolvimento do capitalismo global desmentiu o livro de Gorz — o proletariado não disse adeus, mas, pelo contrário, complexificou-se e ampliou-se na Índia, China e Sudeste Asiático; por outro lado demonstrou a atualidade candente das considerações de Antunes. Aliás, dez anos se passaram, mas o pequeno livro de Antunes tem se tornado atual e necessário. *Atual* porque o capitalismo global, imerso em candentes contradições objetivas, assim o demonstrou; e *necessário*, porque hoje, mais do que nunca, exige-se uma sociologia crítica do trabalho comprometida com crítica do capital.

Giovanni Alves é professor de sociologia da Unesp/Marília e autor de vários livros na área de trabalho e sindicalismo. Site pessoal: www.gioannialves.org

“neoproudonianas” de Piore e Sabel ou “socialdemocráticas” de Coriat, Antunes utiliza o arsenal teórico de Simon Clarke, David Harvey, Frank Annunziato e Thomaz Gounet. Ou seja, para ele, a alternativa crítica de Piore e Sabel e Coriat à crise do fordismo é insuficiente, pois se mantém no limiar do capital, da lógica do mercado, não propondo nada, portanto, “para além do capital”, na acepção de Mészáros.

IMPACTOS NO SINDICALISMO

Na segunda parte da obra, Antunes apresenta, de modo impressionista (e impressionante), as metamorfoses do mundo do trabalho e seus impactos sobre o sindicalismo contemporâneo. Ele reconhece que o mundo do trabalho passa por profundas transformações que, em suas palavras, atingem a própria *forma de ser* da classe-que-vive-do-

Hoje, de que adoecem quem vive do trabalho?

Faz trinta anos que o Brasil batia um *record* de acidentes e doenças do trabalho com trabalhadores com carteira assinada: 1,9 milhões no ano de 1976. Hoje, a Previdência Social registra em torno de trezentos mil. É um sexto daquele número em um universo de trabalhadores que é quatro vezes maior. Isto sem levar em conta que a produção de bens é muitas vezes superior à daquele ano.

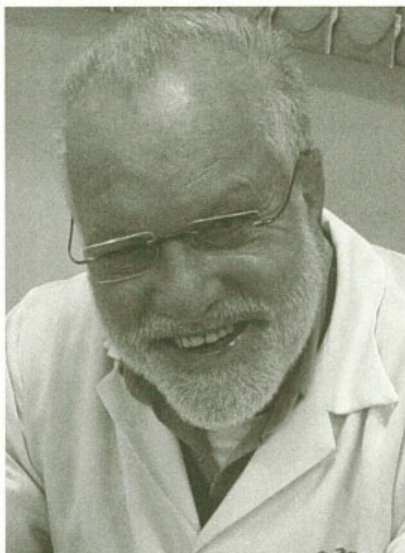
Sabem-se as razões dessa queda: a automação da produção, o enclausuramento dos processos produtivos, o distanciamento dos trabalhadores das máquinas industriais e a maior escolaridade dos operários. Muito pouco se deve a investimentos das empresas em engenharia de segurança e medicina do trabalho. Não fosse esta omissão, não seriam tantos os acidentes fatais, graves e incapacitantes.

NOVIDADE CONSTRANGEDORA

É fato que os trabalhadores estão vivendo mais. Todavia, como antes, morrem prematuramente em relação aos seus patrões. De câncer, doenças circulatórias e imunológicas, contraídas no e pelo trabalho.

Há outra novidade constrangedora: os trabalhadores estão adoecendo na idade produtiva e muito cedo, de

HERVAL PINA RIBEIRO



Está em curso um processo perverso de esmagamento da classe trabalhadora

doenças que não levam à morte, mas lhes infernizam a vida. O rol é grande: doenças psíquicas (depressão, *burn-out*), das articulações, músculos e tendões (LER), dos órgãos dos sentidos (voz, ouvidos, visão), do aparelho digestivo (gastrites, úlceras) e do aparelho cardiovascular (hipertensão, arritmias, etc).

PRESSÕES DO TRABALHO

Ninguém desconhece que o trabalho tem a ver com elas. Pela intensidade, exigências e pressões, pelas jornadas prolongadas, pela cobrança por produtividade e pelo controle do trabalho.

Assiste-se o adoecimento coletivo de operadores de *telemarketing*, cujo número cresce vertiginosamente; de bancários, reduzidos em número; de professores, perdidos em salas apertadas; de empregados em

transportes, mergulhados no trânsito caótico; de empregados do comércio, pressionados a vender qualquer coisa e de qualquer jeito. E assim acontece em quase todas as profissões. Sempre mal remuneradas.

ATÉ QUANDO?

Essas são as condições do trabalho contemporâneo. Trabalho degradado e determinado por relações sociais muito assimétricas. Pode-se caracterizá-las como de esmagamento da classe trabalhadora. Como não adoecer? Como provar que sua causalidade tem a ver com o trabalho? Como materializar o “nexo causal”, que a Previdência Social, as seguradoras e a Justiça exigem, se nexos causal, positivo, objetivo, não existe? Onde ficamos, enquanto sociedade em que os direitos sociais, como o da saúde e do trabalho, foram constitucionalizados e, não obstante, são desrespeitados?

Para não ficar na perplexidade e na desesperança há algo a comemorar: a crítica que se está a fazer à Medicina e Justiça forenses. É possível que o avanço dessa crítica ajude a conter a degradação e a miséria do trabalho contemporâneo. Mas a reversão vai demorar. O capital expropriou a ciência e a tecnologia. Apossou-se do Estado. Incorporou as teses neoliberais e eugênicas dos anos trinta. Um processo histórico curto, de setenta anos. Custou à humanidade 300 milhões de vidas arrancadas no século XX. Até quando?

Herval Pina Ribeiro é doutor em saúde pública e colaborador docente da Universidade Federal de São Paulo

A indenização por dano moral coletivo

A Ação Civil Pública que busca a Indenização por Dano Moral Coletivo ainda é uma novidade, mas pode ser um importante instrumento em defesa da dignidade dos trabalhadores

MARIA CECÍLIA
MONTEIRO LEMOS

O sindicalismo classista tem consciência de que a luta política pela conquista de direitos democráticos não pode ser substituída por ações judiciais e que nem os direitos constitucionalmente assegurados serão respeitados se não houver grande mobilização da sociedade em sua defesa. Entretanto, utilizar-se dos mecanismos legais já existentes para fortalecer a luta política em defesa dos trabalhadores é um recurso legítimo e nem sempre explorado de maneira eficaz pelos sindicatos. A Ação Civil Pública que busca a Indenização por Dano Moral Coletivo ainda é uma novidade tanto para os operadores do direito quanto para os sindicalistas, mas pode ser um importante instrumento em defesa da dignidade dos

trabalhadores contra os abusos do neoliberalismo.

ORDENAMENTO JURÍDICO

Estabeleceu a Constituição um princípio geral pelo qual todo aquele que sofre dano, material ou moral, isto é, violação de ordem patrimonial ou extrapatrimonial, tem direito a pleitear indenização pela lesão sofrida. De maneira implícita, o constituinte originário positivou o princípio da reparação integral do dano no conteúdo do artigo 5º, V e X.

Os incisos V e X do artigo 5º da Constituição Federal garantiram à pessoa a defesa de seus direitos mais valiosos, que são, além da vida, a honra, a intimidade, a vida privada e a imagem, consagrando o direito de resposta proporcional ao agravo além da indenização pelos danos morais e materiais. Tais garantias figuram entre os princípios fundamentais de um Estado



Constituição Federal estabelece que todo aquele que sofre dano, material ou moral, tem direito a pleitear indenização

Democrático de Direito (artigo 1º, III e VI da Constituição Federal) estando estritamente ligadas ao direito ao trabalho e à ação sindical, uma vez que só pode haver uma existência digna com a valorização do trabalho humano. O artigo 186 do novo Código Civil determina que todo aquele, cuja ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, *ainda que exclusivamente moral*, comete ato ilícito.

As ações de indenização por dano moral individual proliferaram na Justiça do Trabalho, sobretudo após a



Recursos da eventual condenação em indenização serão revertidos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

difusos e individuais homogêneos — os interesses metaindividuais.

A legislação brasileira valorizou a defesa de interesses de natureza metaindividual (ou transindividual) elevando-os a um novo patamar, formando-se um verdadeiro sistema de tutela coletiva através de instrumentos como a Ação Popular, a Ação Civil Pública e o Código de Defesa do Consumidor — este último, inclusive, conceituando em seu artigo 81, parágrafo único, o que são direitos individuais homogêneos, difusos e coletivos.

Assim, o dano moral e a tutela de valores coletivos passaram a ser admitidos na legislação brasileira. Construir um conceito de dano moral coletivo e buscar a sua defesa foi um importante passo na defesa do cidadão. Sobre a evolução na tutela dos interesses extrapatrimoniais coletivos, citamos a seguinte análise:

“Quando a doutrina civilista assentou as bases da responsabilização por dano moral, não passava pela cabeça de ninguém que um dia, por força da transformação da sociedade pós-moderna, o sistema normativo viesse a se ocupar da proteção de interesses transindividuais. Por tal razão, a possibilidade de ressarcimento por ofensa ao patrimônio moral estava adstrita ao sujeito de direito, encontrava-se vinculada exclusivamente à pessoa do ofendido. Nos dias atuais, o

Emenda Constitucional nº 45/2004, que alterou a redação do Artigo 114 da Constituição Federal, entre outras questões, ampliando a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar as ações oriundas das relações de trabalho e especificamente as ações sobre dano moral, entendimento confirmado pela Orientação Jurisprudencial nº 327 do Tribunal Superior do Trabalho.

Entretanto, a garantia de emprego com condições dignas de ambiente de trabalho e remuneração extrapola a esfera do direito individual, alcançando o interesse coletivo e a ordem pública, pois a dignidade do trabalhador é, em última instância, a do próprio cidadão. A reparação da dignidade deste cidadão, quando violada de forma coletiva e não individual, se faz através da Ação de Indenização por Dano Moral Coletivo.

DANO MORAL COLETIVO

A sociedade contemporânea passou por grandes transformações econômicas e sociais no último século, principalmente a partir da revolução industrial. Com a intensificação dos fenômenos de massa, não era mais possível que a sociedade se preocupasse apenas com os interesses individuais, surgindo então uma nova concepção de direito preocupada com os interesses que afetavam a coletividade.

O reconhecimento da existência de uma *nova gama de valores coletivos* e a necessidade de integral proteção à pessoa humana nas suas variadas formas de apresentar-se à sociedade, ora isoladamente, ora como parte de uma comunidade, resultaram na geração de tutela a interesses patrimoniais e morais que extrapolam a esfera individual, chamados de interesses coletivos,

Divulgação

natural desenvolvimento da teoria referente aos interesses supraindividuais (no caso, difusos e coletivos, visto que os individuais homogêneos admitem proteção por via de ação individual) conduz a reparabilidade por ofensa ao patrimônio moral de interesses desta ordem”^[1].

No Direito do Trabalho, no qual os conflitos entre as forças produtivas se dão de forma mais intensa, a necessidade de assegurar a dignidade dos trabalhadores contra os danos decorrentes da relação de trabalho — através da possibilidade de reparação do Dano Moral Coletivo — constitui uma real evolução do direito, antes impregnado de individualismo jurídico e resistente à possibilidade de reparação integral do dano. O dano moral coletivo, injusta lesão aos interesses extrapatrimoniais de uma coletividade, é uma agressão aos valores sociais de um grupo de pessoas, que causa sentimentos como dor moral, humilhação, angústia e desesperança aos lesionados.

ÂMBITO SINDICAL

Exemplos clássicos de dano moral coletivo na área de atuação sindical são: ocorrência de procedimentos discriminatórios; intermediação de mão-de-obra por cooperativas fraudulentas; trabalho escravo; trabalho de menor; revistas íntimas vexatórias; coação empresarial para desistência de direitos trabalhistas; contratação por estatal sem concurso público; distorção de contratação temporária estatal; desconto assistencial legal; não recolhimento de FGTS; irregularidades nas rescisões trabalhistas; ofensa ao meio ambiente de trabalho;



Novo Código Civil determina que todo aquele que violar o direito e causar dano, ainda que moral, comete ato ilícito

determinação empresarial para que os empregados do estabelecimento se filiem ao determinado sindicato (mais afinado com os interesses patronais); prática de assédio sexual na empresa; ilegítima obrigatoriedade de porte de telefones celulares ou *paggers*; filmagem não autorizada ou utilização não autorizada da imagem dos empregados, telefones celulares ou aparelhos eletrônicos; e manutenção de lista negra, entre outros.

A reparação dos prejuízos imateriais causados, seja de forma pecuniária, através de indenização-compensação estipulada pelo juiz, seja de forma não pecuniária, através da imposição de obrigação de fazer e não fazer ou prestação de serviços alternativos à comunidade, tem caráter tríplice: pune, proporciona ao lesado alguma satisfação e ensina o ofensor a não praticar mais o ato lesivo ao direito de outrem — visa, sobretudo desestimular a conduta antijurídica e anti-social.

Os recursos provenientes de eventual condenação em indenização são revertidos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (Lei 7.998/90 e

artigo 13 da Lei 7.347/85), numa mostra definitiva de que o maior lesado pela conduta ilícita contra a dignidade do trabalhador é a sociedade. Quanto aos sindicatos, predomina o entendimento que admite a legitimidade mesmo para representarem suas respectivas categorias profissionais contra lesões coletivas na esfera do patrimônio moral dos trabalhadores, com base na Constituição Federal (artigo 129, § 1º e do artigo 5º, I e II, da Lei 7.437/85). Assim já decidiu o TST (RR nº 316001/96, 4ª Turma, de 22/Fev/2000, Relator Ministro Ives Gandra Martins Filho).

Sobre o tema, ainda controverso, o procurador-chefe do Ministério do Trabalho da 15ª Região e professor, Raimundo Simão de Melo, afirma: “Não reconhecer aos sindicatos a defesa dos direitos e interesses coletivos da categoria por meio do eficaz instrumento da ação civil pública, num sistema como o nosso, em que são constantes as ameaças e lesões aos direitos mínimos dos trabalhadores, é desconhecer a própria razão de ser dessas entidades”^[2].

Defender a dignidade dos trabalhadores através da Ação Civil Pública buscando Indenização contra Dano Moral Coletivo é uma alternativa colocada à disposição dos sindicatos classistas em defesa de uma sociedade mais justa.

NOTAS

1- Manoel Jorge e Silva Neto. “A responsabilidade civil por dano moral difuso e coletivo na Justiça do Trabalho”. *Revista do Direito do Trabalho*. Julho/setembro de 2001.

2- Raimundo Simão de Melo. “Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho”. Editora LT, SP, 2004.

Maria Cecília Monteiro Lemos é advogada e mestrando em direito do trabalho pela PUC-SP

FILME

"Syriana" e o poder do imperialismo

MÔNICA SIMIONI

"Syriana", de Stephen Gaghan (EUA, 2005), é baseado no livro homônimo de Robert Baer e traz as poderosas articulações e os jogos de interesses por trás da política externa dos Estados Unidos para o Oriente Médio. A trama, que se baseia na disputa pela exploração do petróleo do Irã, lembra as fantasiosas justificativas criadas pelo império para justificar a guerra contra o governo de Saddam Hussein no Iraque e as festas promovidas pelos empresários norte-americanos, entre eles o vice-presidente dos EUA, Dick Cheney, um dos principais acionistas da petroleira Halliburton.

Com uma narrativa não linear, o longa aborda o submundo da corrupção que envolve as negociações e decisões políticas que giram em torno do tema petróleo pelo governo e empresariado norte-americanos. As investidas do império, como sabemos, são ilimitadas e envolvem desde *lobbys* no

Congresso até ingerências e assassinatos de líderes nacionais.

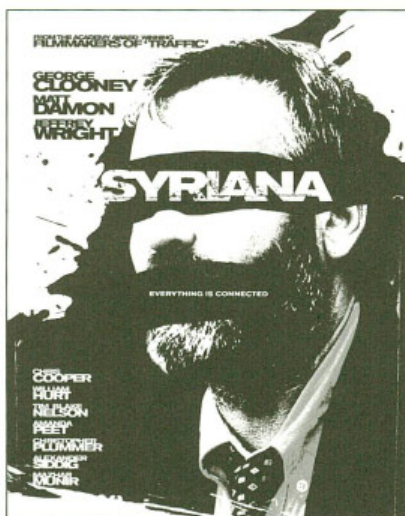
Indicado ao Oscar 2006 nas categorias de obra original e de ator coadjuvante (George Clooney), mesmo sendo uma produção norte-americana, o filme faz uma corajosa denúncia contra estas ações imperialistas.

Qualquer semelhança com as campanhas contra os "perigosos ditadores" do mal-

afamado "eixo do mal" — Hugo Chávez (Venezuela) ou Mahmoud Ahmadinejad (Irã), por exemplo — não é mera coincidência. Principalmente agora que este último anunciou a

criação da Bolsa Iraniana de Petróleo, baseada em um mecanismo "euro-oil-trading" — o que significa que o pagamento será feito na moeda européia, o que representa uma ameaça direta à hegemonia do dólar. Justamente a melhor arma contra o sistema financeiro que sustenta o império.

Mônica Simioni é jornalista e integrante da coordenação estadual do Instituto Maurício Grabois/SP



INTERNET

Comparando o salário

CLÁUDIO GONZALEZ

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) lançou em abril um endereço eletrônico que permite ao trabalhador fazer comparações sobre seu salário e suas condições de trabalho. No site www.meusalario.org.br, o usuário pode obter as indicações dos salários praticados no mercado nacional para uma pessoa com o mesmo perfil, a partir do preenchimento de um questionário que elenca as características profissionais do trabalhador.

O visitante também pode responder a um outro questionário com perguntas semelhantes que servirá como base de dados para a comparação com a realidade dos vários países participantes. O site foi lançado pelo Dieese como parte das comemorações dos 50 anos da entidade. Segundo o diretor do Dieese, Clemente Lúcio, o projeto é direcionado aos trabalhadores, sindicalistas, negociadores, entidades de pesquisa e organizações internacionais envolvidas com o tema. "O objetivo é aumentar a transparência do mercado de trabalho e fornecer subsídios ao sindicalismo dos países onde já foi implantado, permitindo que a ação sindical possa ser municiada para a elevação dos direitos", afirmou.

Além de prestar o serviço de consulta e comparação salarial, ele também traz dezenas de matérias sobre temas relacionados ao mundo do trabalho. No dia da inauguração, por exemplo, estavam disponíveis diversos textos sobre jornada, assédio moral, estresse e doenças profissionais, FGTS e até um painel sobre os salários milionários de grandes personalidades, como o jogador de futebol Ronaldinho Gaúcho que recebe nada menos que US\$ 1.136.728 dólares por mês.

Cláudio Gonzalez é jornalista, membro do portal Vermelho

GUSTAVO PETTA

Aglutinar as forças e avançar nas mudanças

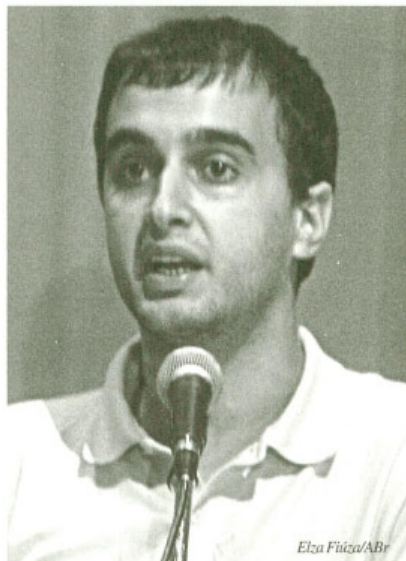
Os últimos acontecimentos na América Latina revelam o tamanho da nossa encruzilhada. As eleições de Evo Morales na Bolívia e Michelle Bachelet no Chile, somadas aos governos de Lula, Kirchner, Chávez e Tabaré, confirmam a tendência expressa pelo voto popular de resistência e alternativa ao neoliberalismo.

Cada governo tem encontrado alternativas diferenciadas para superar esse modelo. As limitações de cada um se revelam nas composições de governo, nos resultados eleitorais e na participação popular em defesa da mudança. O governo de Hugo Chávez, por exemplo, mantém-se graças ao decisivo apoio popular.

PAPEL DO BRASIL

Se a encruzilhada é latino-americana, o Brasil consiste um capítulo de fundamental importância. O maior país do subcontinente se revela também com o maior grau de enquadramento. O governo Lula tropeça devido a certa ortodoxia, às injunções da política e à herança maldita.

É desnecessário relembrar todas as dificuldades encontradas. Também é do conhecimento de todos que nas eleições de 2006 decidiremos por qual caminho seguir: continuar num quadro de resistência, mesmo que tímida,



O movimento social deve intervir no cenário político com um programa comum

mas com possibilidade de avançar nas mudanças, ou voltar a devotar louvores ao mercado.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Cabe perguntar, diante essa bipolarização entre setores conservadores e progressistas, qual o papel dos movimentos sociais? Sua participação ativa é decisiva para encontrar uma saída positiva para o mundo e para o Brasil. Para tanto, temos que aglomerar forças em torno de bandeiras comuns. É preciso unidade. No Brasil, a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) deu importantes contribuições nesse sentido.

Precisamos fortalecê-la. Fazer convergir na CMS, cada vez mais, todas as forças populares que querem mudanças, organizar um programa mínimo comum antineoliberal e desenvolver uma

agenda intensa de mobilizações. Estimular o reascento do movimento de massas sempre esteve entre seus objetivos e não podemos nos furtar disso nesse momento.

ATUAÇÃO DOS ESTUDANTES

Cada entidade pode e deve contribuir com suas pautas específicas, o cotidiano exige isso. Manter acesas as lutas sindicais, pela terra, em defesa das mulheres ou pela reforma da educação contribui para acumulação de forças. Mas é através de um programa comum que conseguiremos intervir no panorama político.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) continuará sua luta em busca de uma reforma universitária que atenda os interesses dos estudantes, com suas atividades de cultura, com o projeto Rondon e ainda com a campanha em defesa da Amazônia. Mas lançará um programa mínimo a ser debatido com os candidatos a presidência e ampliará cada vez mais a participação dos estudantes no fortalecimento da CMS.

Reafirmará sua agenda de mobilização e contribuirá para o grande embate que nos espera. Manterá uma relação de independência e diálogo com o governo, criticando a ortodoxia econômica e fazendo a defesa de pontos importantes, como a política externa soberana. Temos que inovar nas idéias e formas de luta para combater o neoliberalismo. Forçar um novo pacto em defesa do desenvolvimento, dos direitos do povo, do Brasil e da América Latina.

Gustavo Petta é estudante de jornalismo e presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE)

ASSINE HOJE MESMO

Debate Sindical

Receba em sua casa ou na sede da sua entidade a única publicação do país especializada no estudo do sindicalismo. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências. A assinatura de R\$ 30,00 dá direito a quatro edições e você ganha de brinde o livro *"Encruzilhadas do sindicalismo"*



CUPOM DE ASSINATURA

A partir do número: _____ R\$ 30,00

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____
Cidade _____ Estado _____
Telefone(s) _____
Fax _____
Profissão _____
Correio eletrônico _____

FORMA DE PAGAMENTO:

- ☐ Cheque nominal ao Centro de Estudos Sindicais, Av. Brigadeiro Luís Antônio, nº 993, conj. 209, Bela Vista, CEP 01317-001, São Paulo - SP, no valor de R\$ 30,00
- ☐ Depósito em conta corrente nº 207423-0, Banco do Brasil, agência 3324-3 (neste caso, enviar o comprovante via fax para 11 3106-0700)
- ☐ Cartão
- ☐ Credicard ☐ Visa

Número

Validade

